



banrisul

Demonstrações Financeiras

1T2026

Sumário

Press Release	3
Análise de Desempenho	10
Relatório da Administração	25
Balanco Patrimonial	34
Demonstração do Resultado	36
Demonstração do Resultado Abrangente	37
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	38
Demonstração dos Fluxos de Caixa	39
Demonstração do Valor Adicionado	40
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	41
Nota 01 – Contexto Operacional.....	41
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	41
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	45
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	57
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	58
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	78
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	78
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	78
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	79
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	81
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	91
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	93
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	94
Nota 14 – Outros Ativos	95
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	95
Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas.....	96
Nota 17 – Imobilizado de Uso	99
Nota 18 – Intangível	100
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	101
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	103
Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	103
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	104
Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.....	104
Nota 24 – Outros Passivos	107
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	107
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	108
Nota 27 – Despesas de Pessoal.....	109
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	109
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	109
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	110
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	110
Nota 32 – Lucro por Ação	110
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	111
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	123
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	124
Nota 36 – Outras Informações	126
Nota 37 – Eventos Subsequentes	126
Relatórios	127
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	127
Parecer do Conselho Fiscal.....	129

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no primeiro trimestre de 2026.

Ambiente de Negócios

Os primeiros meses de 2026 trouxeram incerteza no âmbito internacional com um novo conflito no Oriente Médio, que se somou às tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos em 2025. Esse cenário reacendeu temores sobre a trajetória de inflação no curto prazo e um possível período recessivo mais à frente, ambos em âmbito global. No cenário doméstico, apesar dos efeitos restritivos da taxa Selic, em patamar elevado desde 2025 e com redução cautelosa de 0,25 ponto percentual em março de 2026, o resultado do PIB brasileiro demonstrou resiliência ao avançar 2,3% em 2025, conforme divulgado pelo IBGE. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,3%, ainda que em ritmo inferior ao de 2024, sustentado, principalmente, por um mercado de trabalho ainda aquecido.

No Rio Grande do Sul (RS), a atividade econômica cresceu 0,9% em 2025, segundo estimativas do Departamento de Economia e Estatísticas do Estado (DEE), evidenciando, novamente, a relevância das condições climáticas para o desempenho do Estado. O resultado refletiu, principalmente, a retração do setor agropecuário (-6,8%), parcialmente compensada pela performance positiva da indústria e do setor de serviços. Acerca do mercado de crédito, o comportamento da carteira do RS convergiu para o padrão observado no restante do país, de resiliência, porém em ritmo menos intenso e com incremento no percentual de inadimplência. Entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, a carteira de crédito total cresceu 9,5%, refletindo expansões de 9,9% no crédito às famílias e de 8,7% às empresas. A inadimplência, por sua vez, avançou de forma significativa no Estado, passando de 2,7% para 5,3% no segmento pessoa física (PF), e de 1,9% para 3,3% na pessoa jurídica (PJ), refletindo, em parte, a combinação dos efeitos defasados do patamar elevado da taxa de juros e a dissipação dos programas extraordinários de apoio ao crédito.

No 1T2026, seguimos com a estratégia de ampliação da atuação comercial junto ao **segmento empresarial** iniciada em 2025, e desenvolvemos um novo modelo de prospecção de potenciais clientes, com o objetivo de ampliar a participação do Banrisul no fluxo financeiro e na estrutura de capital de giro das empresas. Para o público Microempreendedor Individual (MEI), lançamos um pacote completo de produtos e serviços, que reúne em um único ecossistema soluções para facilitar a gestão financeira, ampliar e facilitar o acesso ao crédito e criar oportunidades de crescimento. A compra de folhas de pagamento de grandes empresas também se insere na estratégia, abrindo espaço para a ampliação da atuação em crédito consignado e para a **principalidade do relacionamento** com o Banrisul junto a clientes PF e PJ.

Mantivemos o foco na **modernização do portfólio de crédito**, na eficiência operacional, na expansão responsável do volume, especialmente para o segmento comercial PF e PJ, e na melhoria contínua da experiência do cliente por meio de soluções digitais, adequados às tendências de mercado. Cabe destaque para o Banrisul Giro Digital, uma alternativa de crédito 100% online com elevado potencial de geração de negócios, que amplia a nossa capacidade de atender às micro e pequenas empresas.

No contexto da **qualidade dos ativos de crédito**, atuamos de forma cada vez mais alinhada à mitigação do risco, ancorados na ampliação das soluções digitais, no fortalecimento da governança e na evolução das estratégias de renegociação. A plataforma Finanças em Dia, solução digital lançada em 2025, se consolidou como uma importante ferramenta na atuação preventiva sobre a inadimplência.

No âmbito da estrutura de capital, em janeiro de 2026 efetuamos a liquidação antecipada de instrumento de dívida subordinada no montante de R\$1.689,4 milhões (US\$300,0 milhões), instrumento emitido em 2021 com prazo total de dez anos e opção de recompra antecipada no quinto ano, exercida integralmente na data prevista.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ milhões	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Margem Financeira	1.735,8	1.617,5	1.542,3	12,5%	7,3%
Perdas Líquidas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(542,5)	(584,8)	(334,7)	62,1%	-7,2%
Receitas de Prestação de Serviços	525,2	556,7	521,5	0,7%	-5,7%
Despesas Administrativas	(1.233,9)	(1.343,0)	(1.159,4)	6,4%	-8,1%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(98,9)	(178,0)	(122,9)	-19,5%	-44,5%
Outras Receitas / (Despesas Operacionais)	(14,5)	615,0	(36,1)	-59,8%	-102,4%
Lucro Líquido	221,6	656,9	241,5	-8,2%	-66,3%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ milhões	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Ativos Totais	163.539,0	163.470,1	151.262,2	8,1%	0,0%
Tesouraria ⁽¹⁾	51.954,1	51.848,2	41.619,6	24,8%	0,2%
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.309,1	65.028,8	63.467,6	1,3%	-1,1%
Provisão para Perdas Esperada Assoc. ao Risco de Crédito	(4.493,0)	(4.235,5)	(3.328,0)	35,0%	6,1%
Créditos em Atraso acima de 90 dias	3.090,4	2.718,0	1.810,0	70,7%	13,7%
Recursos Captados e Administrados	132.758,5	133.495,1	118.274,2	12,2%	-0,6%
Patrimônio Líquido	11.326,8	11.178,4	10.413,2	8,8%	1,3%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	12.946,3	14.405,8	11.582,5	11,8%	-10,1%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ milhões	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽³⁾	90,0	292,6	90,0	0,0%	-69,2%
Valor de Mercado	7.054,8	6.232,8	4.392,4	60,6%	13,2%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	27,70	27,33	25,46	8,8%	1,3%
Preço Médio da Ação (R\$) ⁽⁴⁾	17,41	13,07	10,29	69,2%	33,3%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,54	1,61	0,59	-8,2%	-66,3%
Índices Financeiros	1T2026	4T2025	1T2025		
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁵⁾	0,5%	1,6%	0,6%		
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	7,9%	23,8%	9,3%		
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁷⁾	57,1%	57,9%	64,8%		
Índice de Inadimplência acima de 90 dias	4,81%	4,18%	2,85%		
Índice de Cobertura acima de 90 dias ⁽⁸⁾	145,4%	155,8%	183,9%		
Índice de Provisionamento ⁽⁹⁾	7,0%	6,5%	5,2%		
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	17,5%	19,5%	15,8%		
Indicadores Estruturais	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025		
Pontos de Atendimento ⁽¹⁰⁾	592	590	588		
Postos de Atendimento Eletrônico	359	356	311		
Colaboradores	9.394	9.228	9.364		
Indicadores Econômicos	1T2026	4T2025	1T2025		
Selic Efetiva Acumulada	3,42%	3,59%	2,99%		
Variação Cambial (%)	-4,06%	1,60%	-5,74%		
IGP-M	0,20%	-0,10%	0,99%		
IPCA	1,92%	0,60%	2,04%		

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures com característica de concessão de crédito, no âmbito da implementação do novo COSIF 1.5, e a resolução CMN nº 4.966/21; a partir de janeiro de 2025, está incluso o valor do custo de originação, referente aos correspondentes bancários.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Cotações já ajustadas por proventos, inclusive dividendos.

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

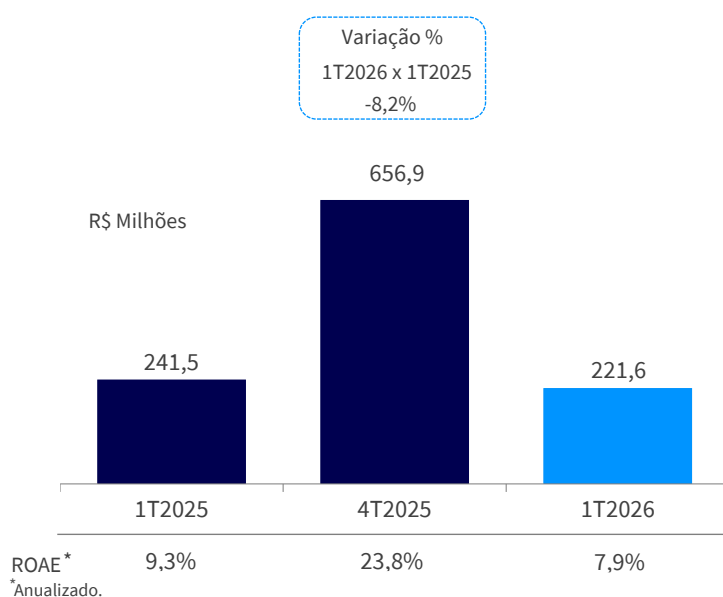
(7) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) ÷ (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais – despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas nos últimos 12 meses.

(8) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos acima de 90 dias.

(9) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

(10) Considera a quantidade de agências e postos de atendimento bancário.

Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$221,6 milhões** no 1T2026, uma redução de 8,2% ou R\$19,9 milhões frente ao lucro líquido do 1T2025, refletindo principalmente: (i) aumento da margem financeira, (ii) aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) moderado aumento das despesas administrativas, (iv) resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, (v) redução nas provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 4T2025, o lucro líquido do 1T2026 apresentou retração de 66,3% ou R\$435,4 milhões, desempenho que reflete especialmente o aumento da margem financeira, a redução das

perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, das receitas de prestação de serviços, das despesas administrativas, o resultado desfavorável das outras receitas e despesas operacionais, o menor fluxo das despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como o consequente efeito tributário.

A **margem financeira** do 1T2026 totalizou **R\$1.735,8 milhões**, com aumento de 12,5% ou R\$193,5 milhões frente ao 1T2025, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo do que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva e aumento no volume de operações de crédito.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada do 1T2026, 4,64%, apresentou aumento de 0,07 p.p. em relação ao 1T2025.

As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, do 1T2026 apresentaram crescimento de 62,1% ou R\$207,8 milhões frente ao 1T2025, refletindo, especialmente, o incremento das operações em atraso em um cenário de aumento da carteira de crédito. No comparativo entre o 1T2026 e o 4T2025, houve redução de 7,2% ou R\$42,3 milhões devido, sobretudo, pelo menor volume de operações de crédito e o caráter atípico do mês de dezembro de 2025, marcado por um incremento relevante face à constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando a despesa de provisão naquele mês. As **receitas de prestação de serviços** do 1T2026 apresentaram relativa estabilidade em relação às receitas do 1T2025, com crescimento de R\$3,7 milhões. No comparativo entre o 1T2026 e o 4T2025, essas receitas demonstraram redução de 5,7% ou R\$31,5 milhões, impactada especialmente pela diminuição das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos, rendas de comissões de corretagem de seguros, administração de consórcio e serviços de conta corrente.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Administração de Fundos	38,2	38,0	30,3	26,3%	0,7%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	123,9	135,1	134,9	-8,1%	-8,3%
Cartão de Crédito	63,2	65,5	59,0	7,1%	-3,5%
Cobrança e Serviços de Custódia	13,3	14,0	13,8	-3,3%	-4,8%
Comissões de Corretagem de Seguros	75,6	83,8	74,4	1,6%	-9,8%
Serviços de Conta Corrente	157,4	160,4	152,3	3,4%	-1,9%
Administração de Consórcio	27,6	31,4	31,0	-10,9%	-12,0%
Demais Receitas ⁽¹⁾	25,9	28,5	25,9	0,0%	-9,3%
Total	525,2	556,7	521,5	0,7%	-5,7%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, apresentaram aumento de 6,4% ou R\$74,5 milhões no 1T2026 frente as despesas administrativas acumuladas no 1T2025, e redução de 8,1% ou R\$109,1 milhões no comparativo entre o 1T2026 e o 4T2025.

As despesas de pessoal apresentaram aumento de 7,9% ou R\$50,4 milhões na comparação entre o 1T2026 e o mesmo período de 2025, refletindo principalmente os acordos coletivos da categoria, a reestruturação de funções, os encargos sociais e o aumento no quadro de funcionários. No mesmo período comparativo, as outras despesas administrativas aumentaram 4,6% ou R\$24,1 milhões, refletindo em especial o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados e com serviços de terceiros. Frente ao 4T2025, as despesas de pessoal do 1T2026 reduziram 9,4% ou R\$71,4 milhões, influenciadas parcialmente pela diminuição da participação nos lucros e a sazonalidade das férias, enquanto as outras despesas administrativas reduziram 6,5% ou R\$37,6 milhões, influenciadas especialmente pelo efeito comparativo nas demais despesas, que inclui doações ao Instituto Banrisul Cultural feitas no 4T2025, bem como pela redução nas despesas com processamento de dados.

Composição das Despesas Administrativas – R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Despesas de Pessoal	689,9	761,4	639,5	7,9%	-9,4%
Outras Despesas Administrativas	543,9	581,6	519,8	4,6%	-6,5%
Amortização e Depreciação	101,6	100,8	100,0	1,7%	0,8%
Água, Energia e Gás	9,1	7,2	9,8	-7,1%	27,5%
Aluguéis e Condomínios	20,6	16,4	16,3	26,5%	25,8%
Comunicações	16,9	15,5	17,6	-3,9%	9,5%
Manutenção e Conservação de Bens	31,3	30,3	30,2	3,7%	3,3%
Processamento de Dados	59,5	71,5	63,1	-5,7%	-16,9%
Propaganda, Promoções e Publicidade	41,1	47,8	40,7	0,8%	-14,0%
Serviços de Terceiros	125,4	119,4	116,7	7,4%	5,0%
Serviços Técnicos Especializados	61,4	71,0	47,0	30,5%	-13,6%
Serviço de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	35,3	35,0	33,0	7,0%	1,0%
Serviços do Sistema Financeiro	9,5	15,4	10,3	-7,1%	-38,2%
Demais Despesas	32,2	51,3	35,2	-8,3%	-37,2%
Total	1.233,9	1.343,0	1.159,4	6,4%	-8,1%

O **índice de eficiência** alcançou 57,1% nos doze meses acumulados até março de 2026, frente a 64,8% dos doze meses acumulados até março de 2025, refletindo, principalmente, o aumento da margem financeira, das receitas de prestação de serviços, o resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais e o aumento nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; cuja soma apresentou volume maior do que o aumento nas despesas administrativas.

As despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas apresentaram redução de 19,5% ou R\$24,0 milhões na comparação entre o 1T2026 e o 1T2025, face à diminuição da despesa de provisão para contingência trabalhista e fiscal. Na comparação com o 4T2025, as despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas do 1T2026 diminuíram 44,5% ou R\$79,2 milhões devido à diminuição da provisão para contingência trabalhista maior do que a retração da reversão para provisão fiscal. Em ambos os períodos comparativos, as variações tiveram influência de eventos ocorridos no 4T2025, quando houve reversão de provisões para contingências fiscais, originárias de Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, relativa a IR e CSLL sobre a dedução da despesa de quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS),

contabilizado, no 4T2025, em outras receitas operacionais e em reversão de contingência fiscal; e constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas, decorrente de mudanças no cenário processual de ações trabalhistas coletivas relacionadas à discussão judicial sobre a 7ª e 8ª horas diárias.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$163.539,0 milhões em março de 2026, com incremento de 8,1% frente ao mês de março de 2025 e estabilidade frente ao mês de dezembro de 2025. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$75.848,2 milhões em março de 2026. Subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$10.334,5 milhões na comparação com março de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, com destaque para os depósitos a prazo e depósitos judiciais e administrativos, e aumento dos recursos em letras, em um contexto de aumento da carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen. Frente a dezembro de 2025, as aplicações em tesouraria de março de 2026 demonstraram relativa estabilidade.

A **carteira de crédito** do Banrisul alcançou R\$64.309,1 milhões em março de 2026, registrando aumento de 1,3% ou R\$841,4 milhões frente a março de 2025, trajetória influenciada pelo crescimento do câmbio, do crédito comercial e do financiamento de longo prazo, minimizada pela redução do crédito rural e imobiliário. Frente a dezembro de 2025, a carteira de crédito de março de 2026 apresentou redução de 1,1% ou R\$719,7 milhões face, em especial, à diminuição do crédito comercial, rural e do crédito imobiliário.

Demonstrativo da Carteira de Crédito – R\$ milhões

	Mar 2026	% Total Crédito	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Câmbio	2.815,0	4,4%	2.854,2	2.209,7	27,4%	-1,4%
Comercial ⁽¹⁾	39.189,9	60,9%	39.663,7	38.606,4	1,5%	-1,2%
Pessoa Física	28.332,9	44,1%	28.730,3	29.154,5	-2,8%	-1,4%
Consignado	18.837,2	29,3%	19.461,3	21.060,0	-10,6%	-3,2%
Outros	9.495,6	14,8%	9.269,0	8.094,5	17,3%	2,4%
Pessoa Jurídica	10.857,0	16,9%	10.933,4	9.451,9	14,9%	-0,7%
Capital de Giro	6.261,1	9,7%	6.564,1	5.825,2	7,5%	-4,6%
Outros	4.595,9	7,1%	4.369,3	3.626,7	26,7%	5,2%
Financiamento de Longo Prazo	2.566,7	4,0%	2.531,8	2.375,7	8,0%	1,4%
Imobiliário	6.355,3	9,9%	6.453,7	6.577,2	-3,4%	-1,5%
Rural	13.382,2	20,8%	13.525,3	13.698,7	-2,3%	-1,1%
Total	64.309,1	100,0%	65.028,8	63.467,6	1,3%	-1,1%

(1) Inclui custo de origemação por meio dos correspondentes bancários; inclui Arrendamento Mercantil; inclui Debêntures e Notas Comerciais.

O volume concedido em ativos de crédito no 1T2026, R\$11.945,5 milhões, apresentou redução de 9,1% ou R\$1.194,0 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2025, refletindo especialmente a diminuição do volume concedido no crédito rural, na carteira de crédito comercial pessoa física e no financiamento de longo prazo, compensado pelo aumento no volume concedido na carteira de câmbio. Frente ao 4T2025, o volume concedido em crédito do 1T2026 demonstrou redução de 10,2% ou R\$1.350,6 milhões, impactada em especial pela diminuição do volume concedido na carteira de crédito comercial, compensada em parte pelo incremento no volume concedido no crédito rural.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Câmbio	950,7	994,2	734,7	29,4%	-4,4%
Comercial	9.814,4	11.276,0	10.394,8	-5,6%	-13,0%
Pessoa Física	5.769,9	6.562,4	6.331,2	-8,9%	-12,1%
Pessoa Jurídica	4.044,4	4.713,6	4.063,6	-0,5%	-14,2%
Financiamento de Longo Prazo	102,0	80,4	263,8	-61,3%	26,9%
Imobiliário	123,5	160,3	217,3	-43,2%	-22,9%
Rural	954,8	785,2	1.528,8	-37,5%	21,6%
Total	11.945,5	13.296,1	13.139,5	-9,1%	-10,2%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21, que substitui o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de março de 2026, 4,81% das operações de crédito, apresentou aumento de 1,96 p.p. em doze meses e de 0,63 p.p. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias apresentou aumento de 70,7% em doze meses e de 13,7% em três meses. A **provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** apresentou crescimento de 35,0% em doze meses, refletindo o aumento das operações em atraso, a elevação da carteira de crédito e pelo caráter atípico do mês de dezembro de 2025, impactado pela constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando a despesa de provisão naquele mês. Frente a dezembro de 2025, o aumento foi de 6,1%, impactada pelo crescimento das operações em atraso, em um contexto de redução da carteira de crédito.

Indicadores de Qualidade do Crédito - %

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	4,81%	4,18%	2,85%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	145,4%	155,8%	183,9%
Índice de Provisionamento ⁽³⁾	7,0%	6,5%	5,2%

(1) Operações com atraso > 90 dias ÷ Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos > 90 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$132.758,5 milhões em março de 2026, com aumento de R\$14.484,3 milhões em comparação com março de 2025, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo e depósitos judiciais e administrativos, dos recursos em letras, em especial as letras financeiras, e dos recursos administrados, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026. Frente a dezembro de 2025, os recursos captados e administrados de março de 2026 demonstraram relativa estabilidade.

Recursos Captados e Administrados – R\$ milhões

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Depósitos	101.071,3	100.557,9	88.421,1	14,3%	0,5%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	10.203,9	10.152,4	8.359,1	22,1%	0,5%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	-	1.689,4	1.723,4	-100,0%	-100,0%
Total Recursos Captados	111.275,2	112.399,7	98.503,6	13,0%	-1,0%
Recursos Administrados	21.483,3	21.095,3	19.770,6	8,7%	1,8%
Total Recursos Captados e Administrados	132.758,5	133.495,1	118.274,2	12,2%	-0,6%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.326,8 milhões em março de 2026, com aumento de 8,8% ou R\$913,7 milhões frente a março de 2025, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos. Na comparação com dezembro de 2025, o PL de março de 2026 apresentou aumento de 1,3% ou R\$148,4 milhões, refletindo a incorporação dos resultados gerados e o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$272,2 milhões nos 1T2026. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$140,8 milhões no período.

Guidance

As perspectivas divulgadas do *Guidance* em 31 de dezembro de 2024 estão mantidas, conforme tabela a seguir.

Perspectivas Banrisul

	Ano 2026
	Projetado
Carteira de Crédito Total	3% a 8%
Margem Financeira	8% a 13%
Custo de Crédito ⁽¹⁾	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas ⁽²⁾	5% a 9%

(1) Despesas de Provisão para Perdas da Carteira de Crédito líquidas da Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo em relação ao saldo desta Carteira.

(2) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

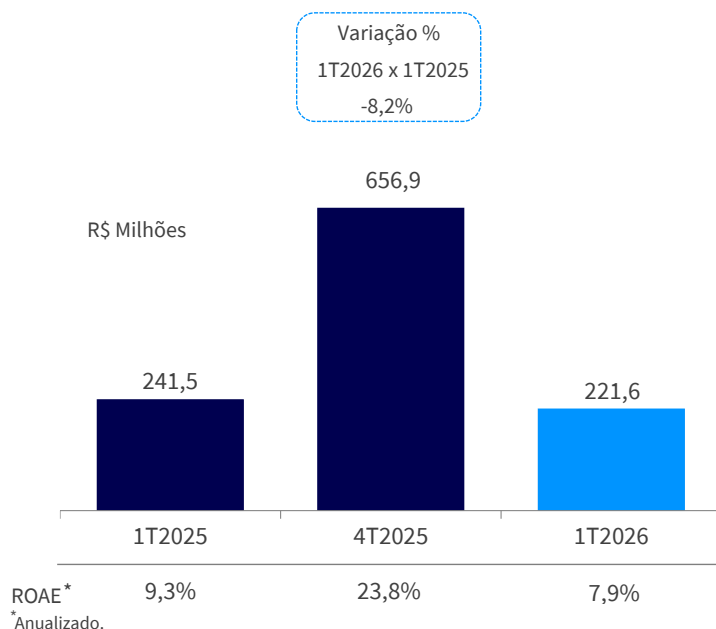
As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 31 de março de 2026.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao primeiro trimestre de 2026.

Lucro Líquido



O lucro líquido do 1T2026 totalizou R\$221,6 milhões e apresentou redução de 8,2% ou R\$19,9 milhões frente ao 1T2025, refletindo principalmente o (i) aumento da margem financeira em R\$193,5 milhões, (ii) elevação das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$207,8 milhões, (iii) moderado aumento das despesas administrativas em R\$74,5 milhões, (iv) resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$21,6 milhões, (v) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$24,3 milhões, e (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 4T2025, o lucro líquido do 1T2026 demonstrou retração de 66,3%

ou R\$435,4 milhões, refletindo em especial a (i) elevação da margem financeira em R\$118,3 milhões; (ii) redução das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$42,3 milhões; (iii) diminuição das receitas de prestação de serviços em R\$31,5 milhões; (iv) retração das despesas administrativas, em R\$109,1 milhões; (v) resultado desfavorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$629,5 milhões, face especialmente ao efeito comparação com o período anterior, que apresentou elevada receita de reversão de outras provisões operacionais referente à contingência fiscal, em virtude da mudança de probabilidade de perda de possível para remota, detalhada em seção específica; (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$79,2 milhões; e (vii) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem anualizada sobre ativos rentáveis cresceu 0,07 pp. na comparação entre o 1T2026 e o 1T2025, alcançando 4,64% no 1T2026. Os ativos médios rentáveis aumentaram 10,8% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 11,5%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 49,6% desses ativos, com aumento de 2,7 pp. entre o 1T2026 e o 1T2025; b) operações de crédito, representando 39,3% desses ativos, com redução de 4,7 pp. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 52,6% desses passivos no 1T2026, com elevação de 1,8 pp. frente ao 1T2025; b) captação no mercado aberto, representando 17,5% dos passivos onerosos, com diminuição de 1,8 pp. no período; c) depósitos judiciais e administrativos, representando 7,9% desses passivos, com aumento de 1,1 pp.; d) depósitos de poupança, representando 7,8% dos passivos onerosos, com redução de 1,2 pp. no período; e e) recursos em letras, representando 7,4% dos passivos onerosos, com elevação de 0,9 pp. no período.

A partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

Margem Financeira Analítica - R\$ milhões e %

	1T2026			1T2025		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	149.583,7	5.880,7	3,93%	134.946,5	4.804,1	3,56%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	58.839,0	2.941,1	5,00%	59.385,2	2.749,7	4,63%
Tesouraria ⁽²⁾	74.206,0	2.497,9	3,37%	63.269,6	1.844,4	2,92%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	29,6	(65,7)	-221,92%	244,7	(159,4)	-65,11%
Compulsórios	16.509,1	507,5	3,07%	12.047,0	369,4	3,07%
Ativos Não Rentáveis	14.142,0	-	-	13.960,2	-	-
Ativos Totais	163.725,7	5.880,7	3,59%	148.906,7	4.804,1	3,23%
Passivos Onerosos	138.273,2	(4.144,9)	3,00%	124.060,7	(3.261,8)	2,63%
Depósitos Interfinanceiros	2.292,1	(44,5)	1,94%	1.761,0	(32,7)	1,86%
Depósitos de Poupança	10.805,7	(210,6)	1,95%	11.190,8	(207,1)	1,85%
Depósitos a Prazo	72.763,7	(2.214,5)	3,04%	63.077,8	(1.661,8)	2,63%
Depósitos Judiciais e Administrativos	10.933,6	(348,5)	3,19%	8.481,3	(235,7)	2,78%
Captações no Mercado Aberto	24.158,1	(834,9)	3,46%	23.952,8	(703,5)	2,94%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	10.163,5	(350,0)	3,44%	8.079,5	(226,8)	2,81%
Dívida Subordinada	422,4	51,5	-12,20%	1.744,6	100,5	-5,76%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	4.004,6	(64,1)	1,60%	3.438,2	(47,6)	1,38%
Obrigações por Empréstimos e Rep. em Moeda Estrang.	2.729,6	(129,3)	4,74%	2.334,7	(247,2)	10,59%
Passivos Não Onerosos	14.185,6	-	-	14.442,2	-	-
Patrimônio Líquido	11.266,9	-	-	10.403,8	-	-
Passivos e PL	163.725,7	(4.144,9)	2,53%	148.906,7	(3.261,8)	2,19%
Spread			1,06%			1,04%
Margem Financeira		1.735,8	1,16%		1.542,3	1,14%
Margem Financeira Anualizada			4,64%			4,57%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento, sendo alocadas as variações cambiais nos devidos produtos.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do 1T2026, R\$1.735,8 milhões, apresentou crescimento de 12,5% ou R\$193,5 milhões em relação ao 1T2025, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado à elevação nas taxas médias, principalmente nas aplicações em tesouraria, influenciadas pelo aumento da Taxa Selic efetiva, e operações de crédito; e à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas aplicações em tesouraria. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento nas taxas médias dos passivos onerosos, principalmente nos depósitos a prazo e na dívida subordinada, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva, e ao crescimento no volume médio, em especial dos depósitos a prazo e dos depósitos judiciais e administrativos.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos nos períodos anteriores. A variação de volume foi computada como a diferença entre o saldo médio multiplicado pela taxa do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: 1T2026 vs 1T2025.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ milhões

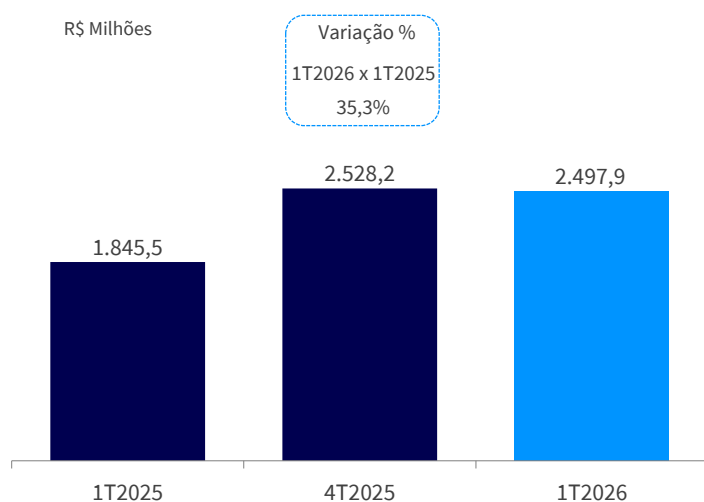
	1T2026/1T2025		
	Aumento / Redução		
	Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis	403,2	673,5	1.076,6
Operações de Crédito ⁽¹⁾	(25,0)	216,4	191,4
Tesouraria	344,8	308,6	653,5
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽²⁾	(53,8)	147,4	93,6
Compulsórios	137,2	1,0	138,2
Passivos Onerosos	(367,2)	(515,9)	(883,1)
Depósitos Interfinanceiros	(10,3)	(1,5)	(11,8)
Depósitos de Poupança	6,4	(10,0)	(3,6)
Depósitos a Prazo	(274,9)	(277,9)	(552,8)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(74,8)	(38,0)	(112,8)
Captações no Mercado Aberto	(6,1)	(125,3)	(131,4)
Recursos em Letras ⁽³⁾	(65,6)	(57,6)	(123,2)
Dívida Subordinada	102,7	(151,7)	(48,9)
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(8,5)	(8,1)	(16,6)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(36,4)	154,3	117,9
Margem Financeira	35,9	157,6	193,5

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(3) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria



O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários – TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) do 1T2026 apresentou crescimento de 35,3% ou R\$652,3 milhões frente ao 1T2025, refletindo o aumento no saldo e respectivas rendas de TVM, em um cenário de elevação da Taxa Selic efetiva dos períodos.

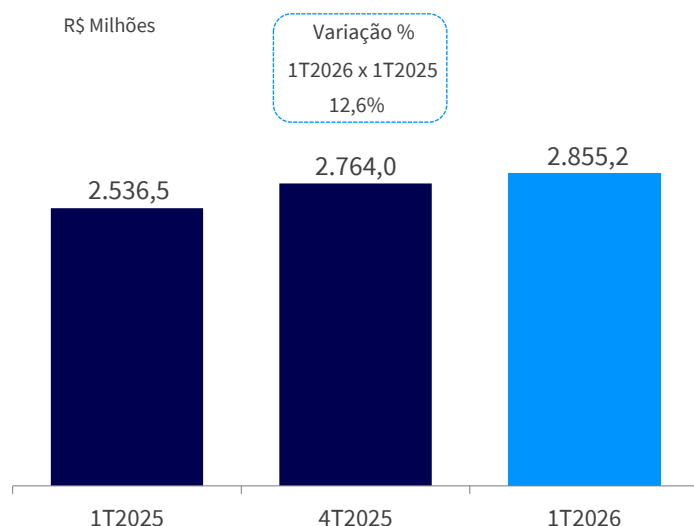
Frente ao 4T2025, o resultado de tesouraria do 1T2026 demonstrou redução de 1,2% ou R\$30,3 milhões face, em especial, ao menor número de dias úteis e consequente diminuição na Taxa Selic efetiva do período.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do 1T2026 somou R\$507,5 milhões, com elevação de 37,8% ou R\$139,3 milhões frente ao 1T2025, influenciado, especialmente, pelo crescimento nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, à elevação de saldo e da Taxa Selic efetiva.

Em relação ao 4T2025, o resultado de aplicações compulsórias do 1T2026 apresentou redução de 1,5% ou R\$7,8 milhões, refletindo, em especial, a retração nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, face ao menor número de dias úteis e consequente redução da Taxa Selic Efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do 1T2026, que incluem também as receitas de arrendamento mercantil, os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e as receitas de debêntures com característica de crédito, totalizaram R\$2.855,2 milhões e apresentaram crescimento de 12,6% ou R\$318,6 milhões frente ao 1T2025, trajetória influenciada, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial e do crédito rural.

No comparativo com o último trimestre, as receitas de operações de crédito do 1T2026 apresentaram elevação de 3,3% ou R\$91,2, impactada principalmente

pelo incremento das rendas do crédito comercial, minimizada pela redução das receitas do crédito rural, crédito imobiliário, rendas do câmbio e financiamento de longo prazo.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física - PF representam 69,8% do total de receitas do crédito comercial no 1T2026, e apresentaram aumento de 3,9% ou R\$55,7 milhões na comparação com o 1T2025, influenciado especialmente pelo incremento nas receitas com renegociação de dívidas, crédito pessoal, rendas da conta única rural, adiantamento a depositantes e cheque especial; minimizadas em parte pela redução das receitas do crédito consignado. Frente ao 4T2025, as receitas do crédito comercial PF do 1T2026 demonstraram incremento de 3,4% ou R\$48,8 milhões, impactada em especial pelo aumento nas rendas com renegociação de dívidas e cheque especial.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica - PJ representam 30,2% do total de receitas do crédito comercial no 1T2026, e aumentaram 43,2% ou R\$195,5 milhões frente ao 1T2025, trajetória influenciada, especialmente, pela elevação nas receitas com renegociação de dívidas, das operações de conta única, rendas do capital de giro e com adiantamento a depositantes. No comparativo entre o 1T2026 e o 4T2025, as receitas do crédito comercial PJ demonstraram incremento de 13,7% ou R\$78,2 milhões face, em especial, ao aumento das rendas com renegociação de dívidas.

As receitas do crédito comercial do 1T2026 apresentaram aumento de 13,3% ou R\$251,2 milhões frente ao 1T2025 e de 6,3% ou R\$127,0 milhões frente ao 4T2025.

Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Pessoa Física	1.494,7	1.445,9	1.439,0	3,9%	3,4%
Aquisição de Bens	13,1	13,6	13,3	-2,0%	-4,1%
Cartão de Crédito Rotativo/ Parcelado	112,5	108,0	119,0	-5,4%	4,2%
Cheque Especial	153,6	145,2	147,7	4,0%	5,8%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	26,1	25,7	14,5	80,4%	1,7%
Crédito Pessoal	228,5	240,5	208,0	9,9%	-5,0%
Crédito Consignado	830,2	840,4	896,4	-7,4%	-1,2%
Outros ⁽³⁾	130,7	72,5	40,0	226,5%	80,3%
Pessoa Jurídica	647,8	569,6	452,3	43,2%	13,7%
Aquisição de Bens	8,8	9,9	11,5	-23,9%	-11,2%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	5,2	5,2	6,0	-14,2%	0,3%
Capital de Giro	259,6	270,5	236,2	9,9%	-4,0%
Conta Empresarial	97,2	89,9	86,4	12,4%	8,1%
Conta Única ⁽²⁾	142,9	144,2	93,3	53,1%	-0,9%
Desconto de Recebíveis	7,5	8,8	8,3	-10,7%	-15,2%
Outros ⁽³⁾	126,8	41,2	10,4	N/A*	207,7%
Total	2.142,5	2.015,5	1.891,3	13,3%	6,3%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (3) Inclui renegociação de dívidas no valor de R\$107,8 milhões na PF e R\$93,9 milhões na PJ no 1T2026.

*Não se aplica.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado do 1T2026 apresentaram elevação de 33,2% ou R\$984,5 milhões frente às despesas do 1T2025, refletindo principalmente o aumento das despesas com depósitos, com operações compromissadas e despesas com recursos em letras, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação.

Frente ao 4T2025, as despesas de captação no mercado do 1T2026 apresentaram redução de 4,0% ou R\$165,2 milhões, influenciada em especial pela diminuição das despesas com o resultado da dívida subordinada, em virtude da liquidação desta dívida, ocorrida em janeiro de 2026.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Depósitos ⁽¹⁾	2.818,2	2.882,2	2.137,2	31,9%	-2,2%
Operações Compromissadas	834,9	812,2	703,5	18,7%	2,8%
Recursos em Letras ⁽²⁾	350,0	340,6	226,8	54,3%	2,7%
Resultado da Dívida Subordinada	(51,5)	81,7	(100,5)	-48,7%	-163,0%
Total	3.951,5	4.116,8	2.967,1	33,2%	-4,0%

(1) Inclui as despesas do FGC. (2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 1T2025, 2,86%, aumentou 0,39 pp. em relação ao 1T2025 e redução de 0,10 pp. frente ao 4T2025, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 83,75% no 1T2026, apresentou elevação de 1,33 pp. frente ao 1T2025 e de 1,34 pp. na comparação com o 4T2025.

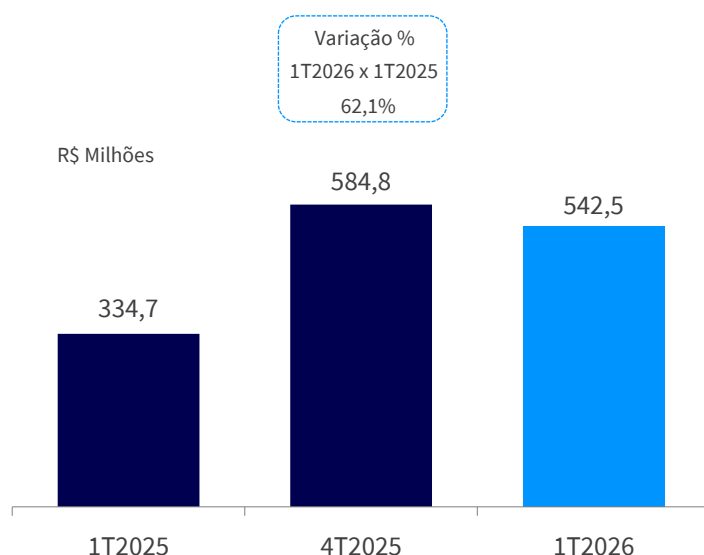
O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 66,01% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 87,59% no 1T2026, com elevação de 0,87 pp. em relação ao 1T2025 e de 0,44 pp. frente ao 4T2025.

Custo de Captação - R\$ milhões e %

	1T2026			4T2025			1T2025		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	73.065,2	(2.187,2)	2,99%	71.737,4	(2.244,8)	3,13%	63.069,7	(1.636,4)	2,59%
Depósitos de Poupança	10.765,2	(210,6)	1,96%	10.922,3	(215,9)	1,98%	11.190,8	(207,1)	1,85%
Depósitos à Vista	3.159,3	-	0,00%	3.513,5	-	0,00%	3.034,4	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	2.269,1	(44,5)	1,96%	2.339,0	(49,5)	2,12%	1.761,0	(32,7)	1,86%
Depósitos Judiciais e Admin.	10.960,4	(348,5)	3,18%	10.360,5	(344,6)	3,33%	8.481,3	(235,7)	2,78%
Outros Depósitos	305,4	(0,0)	0,01%	282,8	(0,0)	0,01%	252,0	(0,0)	0,01%
Letras Financeiras ⁽²⁾	7.809,6	(273,3)	3,50%	6.008,7	(205,6)	3,42%	2.032,1	(62,3)	3,07%
Letras de Crédito Imobiliário	1.844,1	(60,9)	3,30%	2.792,5	(93,4)	3,35%	2.680,4	(72,4)	2,70%
Letras de Crédito do Agronegócio	513,5	(15,8)	3,07%	967,6	(41,6)	4,30%	3.367,0	(92,2)	2,74%
Despesas de Contribuição FGC	-	(27,3)	-	-	(27,4)	-	-	(25,3)	-
Saldo Médio Total / Desp. Total	110.691,7	(3.168,2)	2,86%	108.924,3	(3.222,9)	2,96%	95.868,8	(2.364,0)	2,47%
Selic			3,42%			3,59%			2,99%
Custo Médio / Selic			83,75%			82,41%			82,42%
Custo Depósito a Prazo / Selic			87,59%			87,15%			86,72%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito


As despesas relativas a perdas esperadas associadas ao risco de crédito, apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$542,5 milhões no 1T2026 e apresentaram aumento de 62,1% ou R\$207,8 milhões na comparação com o 1T2025, refletindo, especialmente, o aumento dos créditos em atraso e das operações de crédito.

Frente ao 4T2025, as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 1T2026, demonstraram redução de 7,2% ou R\$42,3 milhões, impactada principalmente pelo menor volume de operações de crédito e o caráter atípico

do mês de dezembro de 2025, marcado por um incremento relevante face à constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando a despesa de provisão naquele mês.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do 1T2026 apresentaram relativa estabilidade em relação às receitas do 1T2025, com crescimento de R\$3,7 milhões.

Frente ao 4T2025, as receitas de prestação de serviços do 1T2026 apresentaram redução de 5,7% ou R\$31,5 milhões, impactada especialmente pela diminuição das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos, rendas de comissões de corretagem de seguros, administração de consórcio e serviços de conta corrente.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ milhões

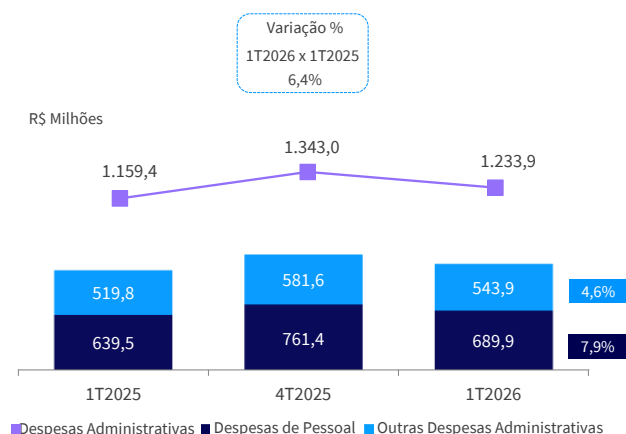
	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Administração de Fundos	38,2	38,0	30,3	26,3%	0,7%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	123,9	135,1	134,9	-8,1%	-8,3%
Cartão de Crédito	63,2	65,5	59,0	7,1%	-3,5%
Cobrança e Serviços de Custódia	13,3	14,0	13,8	-3,3%	-4,8%
Comissões de Corretagem de Seguros	75,6	83,8	74,4	1,6%	-9,8%
Serviços de Conta Corrente	157,4	160,4	152,3	3,4%	-1,9%
Administração de Consórcio	27,6	31,4	31,0	-10,9%	-12,0%
Demais Receitas ⁽¹⁾	25,9	28,5	25,9	0,0%	-9,3%
Total	525,2	556,7	521,5	0,7%	-5,7%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do 1T2026 apresentaram crescimento de 6,4% ou R\$74,5 milhões em relação ao 1T2025, refletindo especialmente o aumento nas despesas de pessoal. Frente ao 4T2025, as despesas administrativas do 1T2026 demonstraram redução de 8,1% ou R\$109,1 milhões, com destaque para a redução nas despesas de pessoal no período.

As despesas de pessoal do 1T2026 apresentaram incremento de 7,9% ou R\$50,4 milhões frente ao 1T2025, refletindo principalmente os acordos coletivos da categoria, a reestruturação de funções, os encargos sociais e o aumento no quadro de funcionários. Em relação ao trimestre anterior, as despesas de pessoal do 1T2026 reduziram 9,4% ou R\$71,4 milhões, influenciada parcialmente pela diminuição da participação nos lucros e a sazonalidade das férias.

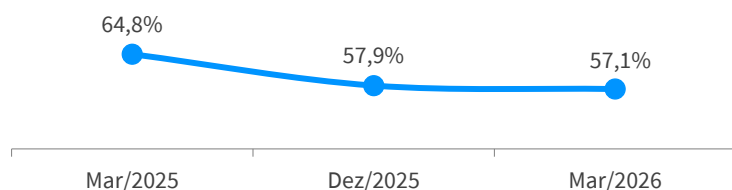


As outras despesas administrativas do 1T2026 apresentaram incremento de 4,6% ou R\$24,1 milhões frente ao 1T2025, refletindo em especial o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados e com serviços de terceiros. Frente ao 4T2025, as outras despesas administrativas do 1T2026 apresentaram redução de 6,5% ou R\$37,6 milhões impactada, principalmente, pelo efeito comparativo nas demais despesas, que incluiu doações ao Instituto Banrisul Cultural no 4T2025; e redução nas despesas com processamento de dados.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ milhões

	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Despesas de Pessoal	689,9	761,4	639,5	7,9%	-9,4%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	638,5	659,1	579,5	10,2%	-3,1%
Treinamentos	1,3	5,8	0,4	206,1%	-77,3%
Participação nos Lucros	50,1	96,5	59,6	-16,0%	-48,1%
Outras Despesas Administrativas	543,9	581,6	519,8	4,6%	-6,5%
Amortização e Depreciação	101,6	100,8	100,0	1,7%	0,8%
Água, Energia e Gás	9,1	7,2	9,8	-7,1%	27,5%
Aluguéis e Condomínios	20,6	16,4	16,3	26,5%	25,8%
Comunicações	16,9	15,5	17,6	-3,9%	9,5%
Manutenção e Conservação de Bens	31,3	30,3	30,2	3,7%	3,3%
Processamento de Dados	59,5	71,5	63,1	-5,7%	-16,9%
Propaganda, Promoções e Publicidade	41,1	47,8	40,7	0,8%	-14,0%
Serviços de Terceiros	125,4	119,4	116,7	7,4%	5,0%
Serviços Técnicos Especializados	61,4	71,0	47,0	30,5%	-13,6%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	35,3	35,0	33,0	7,0%	1,0%
Serviços do Sistema Financeiro	9,5	15,4	10,3	-7,1%	-38,2%
Demais Despesas	32,2	51,3	35,2	-8,3%	-37,2%
Total	1.233,9	1.343,0	1.159,4	6,4%	-8,1%

Índice de Eficiência



O **índice de eficiência** dos doze meses acumulados até março de 2026 alcançou 57,1%, frente a 64,8% dos doze meses acumulados até março de 2025, refletindo, principalmente, o aumento de 9,4% na margem financeira, crescimento de 1,5% nas receitas de prestação de serviços, resultado favorável das outras receitas

operacionais líquidas de outras despesas operacionais e aumento de 2,0% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; frente ao aumento de 5,7% nas despesas administrativas.

Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas

No 4T2025 houve reversão de provisões para contingências fiscais no montante de R\$855,2 milhões, originárias de Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, a qual questionou, para o período de 1998 a 2005, o IR e CSLL sobre a dedução da despesa de quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS). A reversão ocorreu em virtude de ter havido, no último trimestre, evolução no processo, com viés favorável ao Banrisul, modificando assim a classificação do risco de perda provável para remota, revertendo a totalidade dessa provisão. O montante foi contabilizado em outras receitas operacionais pelo valor de R\$614,7 milhões e em reversão de contingência fiscal em R\$240,4 milhões.

Em dezembro de 2025, procedeu-se à constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas no montante de R\$251,8 milhões, decorrente de mudanças no cenário processual de ações trabalhistas coletivas relacionadas à discussão judicial sobre a 7ª e 8ª horas diárias.

Desta forma, as despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas apresentaram redução de 19,5% ou R\$24,0 milhões na comparação entre o 1T2026 e o 1T2025, face à diminuição da despesa de provisão para contingência trabalhista e fiscal. Na comparação com o 4T2025, as despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas do 1T2026 apresentaram retração de 44,5% ou R\$79,2 milhões devido à diminuição da provisão para contingência trabalhista maior do que a retração da reversão para provisão fiscal.

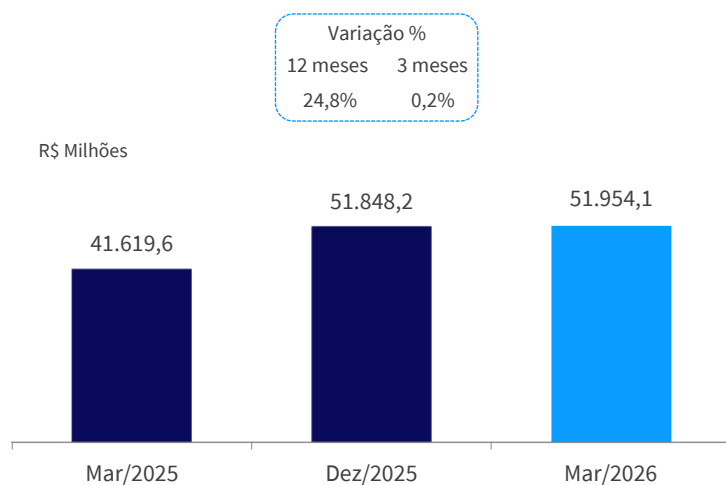
Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais, R\$182,1 milhões no 1T2026, apresentaram elevação de 33,9% ou R\$46,1 milhões frente ao 1T2025, influenciada, principalmente, pelo incremento nas receitas com recuperação de encargos e despesas, atualização de depósitos em garantias fiscais trabalhistas, receitas de portabilidade de operações de crédito e cíveis e rendas com reversão de outras provisões operacionais. Frente ao 4T2025, as outras receitas operacionais demonstraram redução de 77,6% ou R\$630,6 milhões refletindo, em especial, a base de comparação, com redução na receita com reversão de outras provisões operacionais, referente à contingência fiscal ocorrida no trimestre anterior, em virtude da mudança de probabilidade de perda de possível para remota, detalhada na seção anterior.

As outras despesas operacionais, R\$196,6 milhões no 1T2026, apresentaram elevação de 14,2% ou R\$24,5 milhões em relação ao 1T2025, especialmente impactada pelo aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações e de despesas não operacionais. Frente ao 4T2025, as outras despesas operacionais do 1T2026 demonstraram relativa estabilidade.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$75.848,2 milhões em março de 2026. A partir de janeiro/2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria, deduzidas as obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$51.954,1 milhões em março de 2026, apresentando crescimento de 24,8% ou R\$10.334,5 milhões na comparação com março de 2025 refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, com destaque

para os depósitos a prazo e depósitos judiciais e administrativos, e aumento dos recursos em letras, em um contexto de aumento da carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen. Frente a dezembro de 2025, as aplicações em tesouraria de março de 2026 demonstraram relativa estabilidade, com aumento de R\$105,9 milhões.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544,7 milhões corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando em saldo de R\$535,6 milhões ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas. Para mitigar os efeitos sobre a liquidez, o Banco Central do Brasil autorizou que os valores antecipados ao FGC sejam compensados com a exigibilidade dos depósitos compulsórios mantidos pela Instituição, não havendo impactos relevantes sobre a liquidez, o capital regulatório ou a continuidade operacional.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$15.369,0 milhões em março de 2026, apresentou crescimento de 32,3% ou R\$3.748,0 milhões frente a março de 2025, trajetória influenciada principalmente pela retomada do recolhimento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, a partir de junho de 2025, após o período de liberação pela Resolução Bacen N° 379/2024, e aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo; minimizado em parte pela redução dos depósitos na conta de pagamento instantâneo e dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista. Frente a dezembro de 2025, o saldo dos depósitos compulsórios demonstrou redução de 3,1% ou R\$492,0 milhões, refletindo em especial a diminuição dos depósitos voluntários no Bacen, dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista e na conta de pagamento instantâneo, compensada pelo aumento nos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.309,1 milhões em março de 2026, registrando aumento de 1,3% ou R\$841,4 milhões frente a março de 2025, trajetória influenciada pelo crescimento do crédito comercial e do financiamento de longo prazo, minimizada pela redução do crédito rural e imobiliário. Frente a dezembro de 2025, a carteira de crédito de março de 2026 apresentou redução de 1,1% ou R\$719,7 milhões face, em especial, à diminuição do crédito comercial, rural e do crédito imobiliário.

Composição das Operações de Crédito - R\$ milhões

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Comercial ⁽¹⁾	39.189,9	39.663,7	38.606,4	1,5%	-1,2%
Imobiliário	6.355,3	6.453,7	6.577,2	-3,4%	-1,5%
Rural	13.382,2	13.525,3	13.698,7	-2,3%	-1,1%
Financiamento de Longo Prazo	2.566,7	2.531,8	2.375,7	8,0%	1,4%
Câmbio	2.815,0	2.854,2	2.209,7	27,4%	-1,4%
Total	64.309,1	65.028,8	63.467,6	1,3%	-1,1%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originação por meio dos correspondentes bancários.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$39.189,9 milhões em março de 2026, compondo 60,9% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 72,3% e a pessoa jurídica - PJ representou 27,7% do saldo em março de 2026.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ milhões

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Pessoa Física	28.332,9	28.730,3	29.154,5	-2,8%	-1,4%
Aquisição de Bens	273,9	271,5	297,1	-7,8%	0,9%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.583,1	2.729,1	2.507,5	3,0%	-5,3%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	859,6	866,4	741,3	16,0%	-0,8%
Cheque Especial	754,1	682,3	672,8	12,1%	10,5%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	299,6	275,4	192,8	55,4%	8,8%
Crédito Pessoal	3.184,8	3.031,5	2.852,3	11,7%	5,1%
Crédito Consignado ⁽²⁾	18.837,2	19.461,3	21.060,0	-10,6%	-3,2%
Outros ⁽⁴⁾	1.540,5	1.412,8	830,8	85,4%	9,0%
Pessoa Jurídica	10.857,0	10.933,4	9.451,9	14,9%	-0,7%
Aquisição de Bens	179,2	199,6	260,1	-31,1%	-10,2%
Cartão de Crédito à vista e Débito	221,6	224,8	215,3	2,9%	-1,4%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	35,4	40,9	34,6	2,4%	-13,5%
Capital de Giro	6.261,1	6.564,1	5.825,2	7,5%	-4,6%
Conta Empresarial	347,9	301,3	361,2	-3,7%	15,5%
Conta Única ⁽³⁾	2.408,9	2.269,5	1.865,8	29,1%	6,1%
Desconto de Recebíveis	143,7	152,4	164,1	-12,4%	-5,7%
Outros ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.259,2	1.180,7	725,5	73,6%	6,6%
Total	39.189,9	39.663,7	38.606,4	1,5%	-1,2%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, o custo de originação das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (4) Inclui Renegociação de dívidas, no valor de R\$1.509,2 milhões na pessoa física e R\$843,9 milhões na pessoa jurídica em março de 2026. (5) Inclui Debêntures e Notas Comerciais, no valor de R\$191,1 milhões e R\$210,9 milhões, respectivamente, em março de 2026.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$28.332,9 milhões em março de 2026, apresentando redução de 2,8% ou R\$821,6 milhões na comparação com março de 2025, trajetória impactada especialmente pela diminuição do crédito consignado, compensada principalmente pelo aumento na renegociação de dívida, crédito pessoal, cartão de crédito rotativo/parcelado, conta única rural, cheque especial e cartão de crédito à vista e débito. Frente a dezembro de 2025, o crédito comercial PF de março de 2026 demonstrou redução de 1,4% ou R\$397,5 milhões, refletindo em especial a diminuição do crédito consignado, compensada em parte pelo crescimento do crédito pessoal e renegociação de dívida.

Composição do Crédito Consignado - R\$ milhões

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Rede de Agências	12.988,8	13.287,1	14.362,2	-9,6%	-2,2%
Correspondentes	5.848,5	6.174,2	6.697,7	-12,7%	-5,3%
Total	18.837,2	19.461,3	21.060,0	-10,6%	-3,2%

O crédito comercial PJ totalizou R\$10.857,0 milhões em março de 2026, apresentando elevação de 14,9% ou R\$1.405,1 milhões em relação a março de 2025, refletindo principalmente o aumento nas operações de conta única, nas linhas de capital de giro e renegociação de dívidas. Na comparação com dezembro de 2025, o crédito comercial PJ apresentou relativa estabilidade, com redução de R\$76,4 milhões.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, que totalizou R\$13.382,2 milhões em março de 2026 e representa 20,8% do total de ativos de crédito, apresentou redução de 2,3% ou R\$316,5 milhões na comparação com março de 2025 e de 1,1% ou R\$143,2 milhões em relação a dezembro de 2025.

O crédito imobiliário, R\$6.355,3 milhões em março de 2026, apresentou diminuição de 3,4% ou R\$222,0 milhões em relação a março de 2025 e de 1,5% ou R\$98,4 milhões frente a dezembro de 2025. A carteira de crédito imobiliário representava 9,9% do total de operações de crédito em março de 2026.

A carteira de câmbio alcançou R\$2.815,0 milhões em março de 2026, com elevação de 27,4% ou R\$605,4 milhões na comparação com março de 2025 e redução de 1,4% ou R\$39,2 milhões frente a dezembro de 2025.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.566,7 milhões em março de 2026, com incremento de 8,0% ou R\$191,0 milhões na comparação com março de 2025 e de 1,4% ou R\$34,9 milhões frente a dezembro de 2025.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$16.489,2 milhões em março de 2026, compondo 25,6% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 50,6% estão alocados em crédito às grandes empresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 10,4% ou R\$1.549,2 milhões na comparação com março de 2025, refletindo principalmente o aumento no crédito às grandes empresas, minimizado pela redução no crédito às médias e pequenas empresas. Frente a dezembro de 2025, as operações de crédito aplicadas na PJ demonstraram relativa estabilidade.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ milhões

	Mar 2026			Dez 2025			Mar 2025			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Mar2026/ Mar2025	Mar2026/ Dez2025
Grandes Empresas	8.346,5	50,6%	13,0%	8.368,6	50,6%	12,9%	5.850,4	39,2%	9,2%	42,7%	-0,3%
Médias/Pequena/Micro	8.142,7	49,4%	12,7%	8.181,0	49,4%	12,6%	9.089,6	60,8%	14,3%	-10,4%	-0,5%
Médias Empresas	5.156,4	31,3%	8,0%	5.113,0	30,9%	7,9%	5.653,3	37,8%	8,9%	-8,8%	0,8%
Pequenas Empresas	2.439,1	14,8%	3,8%	2.524,9	15,3%	3,9%	2.916,7	19,5%	4,6%	-16,4%	-3,4%
Microempresas	547,2	3,3%	0,9%	543,0	3,3%	0,8%	519,6	3,5%	0,8%	5,3%	0,8%
Total	16.489,2	100,0%	25,6%	16.549,6	100,0%	25,4%	14.940,0	100,0%	23,5%	10,4%	-0,4%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas Empresas até R\$400 mil, Médias Empresas até R\$25 milhões, Grandes Empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou ativo total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no 1T2026, R\$11.945,5 milhões, apresentou redução de 9,1% ou R\$1.194,0 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2025, refletindo especialmente a diminuição do volume concedido no crédito rural, na carteira de crédito comercial pessoa física e no financiamento de longo prazo, compensado pelo aumento no volume concedido na carteira de câmbio.

Frente ao 4T2025, o volume concedido em crédito do 1T2026 demonstrou redução de 10,2% ou R\$1.350,6 milhões, impactada em especial pela diminuição do volume concedido na carteira de crédito comercial pessoa física e jurídica, compensada em parte pelo incremento no volume concedido no crédito rural.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ milhões

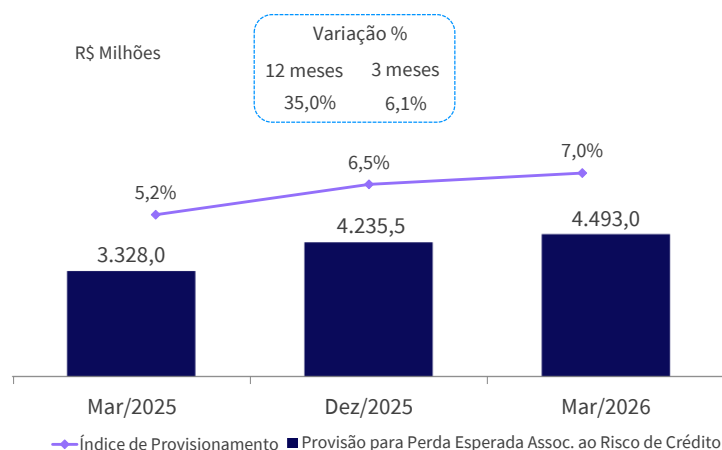
	1T2026	4T2025	1T2025	1T2026/ 1T2025	1T2026/ 4T2025
Câmbio	950,7	994,2	734,7	29,4%	-4,4%
Comercial ⁽¹⁾	9.814,4	11.276,0	10.394,8	-5,6%	-13,0%
Pessoa Física	5.769,9	6.562,4	6.331,2	-8,9%	-12,1%
Pessoa Jurídica	4.044,4	4.713,6	4.063,6	-0,5%	-14,2%
Financiamento de Longo Prazo	102,0	80,4	263,8	-61,3%	26,9%
Imobiliário	123,5	160,3	217,3	-43,2%	-22,9%
Rural	954,8	785,2	1.528,8	-37,5%	21,6%
Total	11.945,5	13.296,1	13.139,5	-9,1%	-10,2%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21, que implementa o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura. Itens apresentados a seguir:

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito



O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$4.493,0 milhões em março de 2026, com crescimento de 35,0% ou R\$1.164,9 milhões na comparação com março de 2025, refletindo o aumento das operações em atraso, a elevação da carteira de crédito e pelo caráter atípico do mês de dezembro de 2025, impactado pela constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada

pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando a despesa de provisão naquele mês.

Na comparação com dezembro de 2025, o saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou elevação de 6,1% ou R\$257,5 milhões, impactada pelo crescimento das operações em atraso, em um contexto de redução da carteira de crédito.

Composição da Carteira de Crédito por Estágios

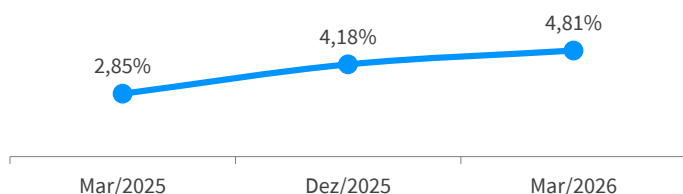
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	59.015,5	836,1
Estágio 2	883,4	202,4
Estágio 3	4.410,1	3.027,9
Total	64.309,1	4.066,3

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não possuem parcelas vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.966/21, representam 91,8% da carteira de crédito em março de 2026.

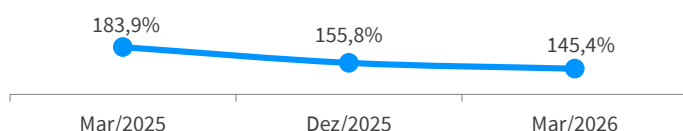
Índice de Inadimplência



O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de março de 2026, 4,81% das operações de crédito, apresentou elevação de 1,96 pp. em doze meses e de 0,63 pp. em três meses. O saldo

de operações de crédito vencidas acima de 90 dias alcançou R\$3.090,4 milhões em março de 2026, com crescimento de 70,7% ou R\$1.280,4 milhões na comparação com março de 2025 e de 13,7% ou R\$372,5 milhões em relação a dezembro de 2025.

Índice de Cobertura



O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo adotado pela Resolução CMN nº4.966/21, e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias,

evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de março de 2026, 145,4%, apresentou redução de 38,5 pp. em relação a março de 2025 e de 10,4 pp. frente a dezembro de 2025, em um movimento de crescimento do saldo de operações de crédito em atraso em maior proporção que o aumento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$132.758,5 milhões em março de 2026, com crescimento de 12,2% ou R\$14.484,3 milhões em doze meses, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo e depósitos judiciais e administrativos, dos recursos em letras, em especial as letras financeiras, e dos recursos administrados, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026. Em relação a dezembro de 2025, os recursos captados e administrados de março de 2026 demonstraram relativa estabilidade, com redução de R\$736,6 milhões refletindo, em especial, a liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026.

O Banco oferece produtos prefixados e pós-fixados para os clientes, dentro dessas modalidades de produtos, 71,9% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ milhões

	Mar 2026	Dez 2025	Mar 2025	Mar 2026/ Mar 2025	Mar 2026/ Dez 2025
Depósitos	101.071,3	100.557,9	88.421,1	14,3%	0,5%
Depósitos à Vista	3.084,6	4.296,5	2.841,9	8,5%	-28,2%
Depósitos de Poupança	10.690,7	10.927,2	11.141,3	-4,0%	-2,2%
Depósitos Interfinanceiros	2.293,9	2.361,0	1.807,9	26,9%	-2,8%
Depósitos a Prazo	73.673,7	71.826,9	63.828,3	15,4%	2,6%
Depósitos Judiciais e Administrativos	11.038,9	10.853,4	8.572,1	28,8%	1,7%
Outros Depósitos ⁽¹⁾	289,6	292,8	229,7	26,1%	-1,1%
Recursos em Letras	10.203,9	10.152,4	8.359,1	22,1%	0,5%
Letras Financeiras ⁽²⁾	7.933,6	7.214,1	2.206,3	259,6%	10,0%
Letras de Crédito Imobiliário	1.718,9	2.475,8	2.730,6	-37,1%	-30,6%
Letras de Crédito do Agronegócio	551,5	462,5	3.422,2	-83,9%	19,2%
Dívida Subordinada ⁽³⁾	-	1.689,4	1.723,4	-100,0%	-100,0%
Total Recursos Captados	111.275,2	112.399,7	98.503,6	13,0%	-1,0%
Recursos Administrados	21.483,3	21.095,3	19.770,6	8,7%	1,8%
Total Recursos Captados e Admin.	132.758,5	133.495,1	118.274,2	12,2%	-0,6%

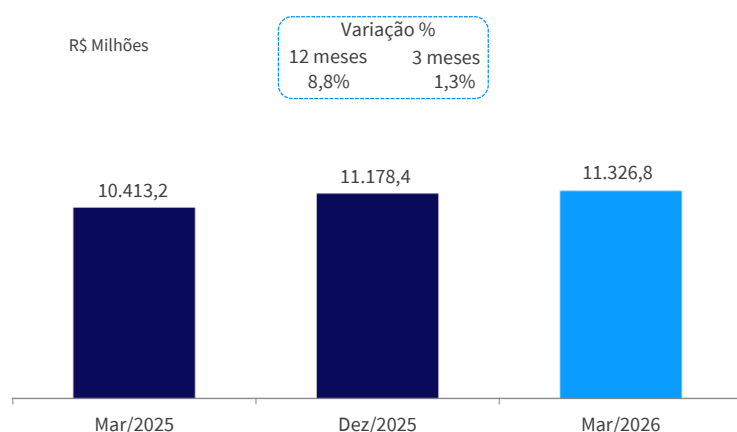
(1) Inclui valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré-pagos, da controlada Banrisul Pagamentos. (2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas. (3) Refere-se à captação externa subordinada. Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas.

Depósitos - os depósitos de março de 2026 apresentaram crescimento de 14,3% ou R\$12.650,2 milhões frente a março de 2025, influenciados principalmente pela ampliação dos depósitos a prazo e dos depósitos judiciais e administrativos. Na comparação com dezembro de 2025, demonstraram relativa estabilidade, com elevação de R\$513,4 milhões, refletindo, em especial, o aumento dos depósitos a prazo, minimizado em parte pela redução dos depósitos à vista. Os depósitos a prazo, R\$73.673,7 milhões em março de 2026, representam 66,2% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras - os recursos em letras de março de 2026 apresentaram aumento de 22,1% ou R\$1.844,8 milhões em doze meses, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento do saldo das letras financeiras, minimizado pela redução no saldo das letras de crédito do agronegócio e crédito imobiliário. Na comparação com dezembro de 2025, demonstraram relativa estabilidade. O Banrisul realizou novas emissões de Letras Financeiras Subordinadas Nível II- LFSN, autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência do Banrisul, com prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão, no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025 e de R\$850,0 milhões no 4T2025.

Dívida Subordinada - Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.689,4 milhões ou US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$11.326,8 milhões ao final de março de 2026, com crescimento de 8,8% ou R\$913,7 milhões em relação a março de 2025, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Na comparação com dezembro de 2025, o PL de março de 2026 apresentou aumento de 1,3% ou R\$148,4 milhões, refletindo a incorporação dos resultados gerados e o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou março de 2026 em R\$12.946,3 milhões, contra R\$11.582,5 milhões em março de 2025 e R\$14.405,8 milhões em dezembro de 2025. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$10.438,7 milhões, e do Capital de Nível II, R\$2.507,5 milhões. A variação do PR foi de R\$1.363,8 milhões e redução de R\$1.459,6 milhões, no comparativo com março de 2025 e dezembro de 2025, respectivamente.

Em 31 de março de 2026, o Índice de Basileia atingiu 17,5%, 7,0 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 14,1%, sendo, respectivamente, 7,1 pp. e 5,6 pp. acima do mínimo regulatório. Em relação a março de 2025, o IB aumentou 1,7 pp. e reduziu 2,1 pp. na comparação com dezembro de 2025. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Mar2026 x Mar2025	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.363,8	733,0	(27,3)	(33,7)	136,6	346,1	209,1

Variação PR Mar2026 x Dez2025	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
(1.459,6)	131,4	(15,3)	39,7	26,7	(1.594,9)	(47,1)

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em dezembro de 2025 (última data base divulgada pelo Bacen) a 13ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 16ª posição em patrimônio líquido, 13ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.

Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Mar 2026	Mar 2025	Dez 2025	Dez 2024
Depósitos à Vista	0,9988%	0,9340%	31,6401%	27,2557%
Depósitos de Poupança	1,0575%	1,1045%	11,7694%	11,9778%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,4874%	2,3151%	44,8515%	44,8365%
Operações de Crédito	0,9013%	0,9730%	18,1375%	18,9524%
Nº de Agências	4,4005%	3,1421%	35,3941%	34,3545%

(1) Data base: dezembro 2025 e dezembro 2024; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao primeiro trimestre de 2026, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

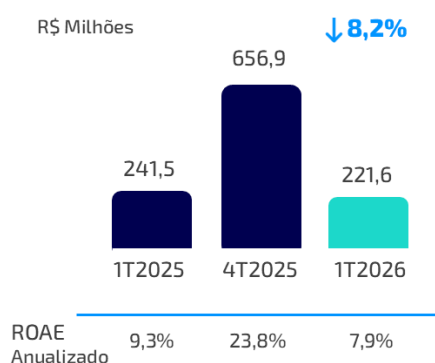
Cenário Econômico

Os primeiros meses de 2026 trouxeram incerteza no âmbito internacional com um novo conflito no Oriente Médio, que se somou às tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos em 2025. Esse cenário reacendeu temores sobre a trajetória de inflação no curto prazo e um possível período recessivo mais à frente, ambos em âmbito global.

No cenário doméstico, apesar dos efeitos restritivos da taxa Selic, em patamar elevado desde 2025 e com redução cautelosa de 0,25 ponto percentual em março de 2026, o resultado do PIB brasileiro demonstrou resiliência ao avançar 2,3% em 2025, conforme divulgado pelo IBGE. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,3%, ainda que em ritmo inferior ao de 2024, sustentado, principalmente, por um mercado de trabalho ainda aquecido. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, avançou 2,9%, favorecida pela importação de bens de capital e pelo desenvolvimento de softwares. O consumo do governo, cabe notar, cresceu 2,1% no mesmo período. Por fim, o IPCA encerrou o ano abaixo do teto da meta e segue reforçando um cenário de desinflação gradual.

No Rio Grande do Sul (RS), a atividade econômica cresceu 0,9% em 2025, segundo estimativas do Departamento de Economia e Estatísticas do Estado (DEE), evidenciando, novamente, a relevância das condições climáticas para o desempenho do Estado. O resultado refletiu, principalmente, a retração do setor agropecuário (-6,8%) em função da estiagem do início do ano que afetou principalmente a safra da soja, parcialmente compensada pela performance positiva da indústria e do setor de serviços. Acerca do mercado de crédito, observou-se uma dissipação dos efeitos dos programas relacionados às enchentes de 2024, com o comportamento da carteira do RS convergindo para o padrão observado no restante do país, de resiliência, porém em ritmo menos intenso e com incremento no percentual de inadimplência. Entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, a carteira de crédito total cresceu 9,5%, refletindo expansões de 9,9% no crédito às famílias e de 8,7% às empresas. A inadimplência, por sua vez, avançou de forma significativa no Estado, passando de 2,7% para 5,3% no segmento pessoa física (PF), e de 1,9% para 3,3% na pessoa jurídica (PJ), refletindo, em parte, a combinação dos efeitos defasados do patamar elevado da taxa de juros e a dissipação dos programas extraordinários de apoio ao crédito.

Desempenho Consolidado



O **lucro líquido** do 1T2026 alcançou R\$221,6 milhões, 8,2% ou R\$19,9 milhões menor que o registrado no 1T2025. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, obtido principalmente através do reposicionamento do mix de produtos com maior *spread*, a redução das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis e o resultado favorável de outras receitas e despesas operacionais. Por outro lado, o desempenho foi impactado pelo comportamento negativo das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em linha com o aumento da inadimplência observada no cenário econômico regional, e pelo moderado aumento das despesas administrativas, além do consequente efeito tributário.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.326,8 milhões ao final de março de 2026, 1,3% superior a dezembro de 2025, refletindo especialmente a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio e o provisionamento de dividendos.

O **total em ativos**, no mesmo período comparativo, demonstrou estabilidade, alcançando o saldo de R\$163.539,0 milhões. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$75.848,2 milhões, 1,6% superiores a dezembro de 2025.

Ativos Totais R\$163,5 bi



Produtos e Serviços

Seguimos com a estratégia de ampliação da atuação comercial junto ao segmento empresarial iniciada em 2025, e no 1T2026 desenvolvemos um novo modelo de prospecção de potenciais clientes, com o objetivo de ampliar a participação do Banrisul no fluxo financeiro e na estrutura de capital de giro das empresas. A ferramenta foi desenvolvida para identificar empresas que apresentam perfil adequado para uma abordagem consultiva, voltada à concessão e captura de crédito atualmente concentrado em outras instituições financeiras, com potencial de migração parcial ou total das operações.

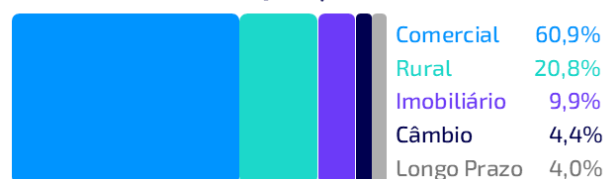
Para o **Microempreendedor Individual (MEI)**, no 1T2026 lançamos um pacote completo de produtos e serviços, que reúne em um único ecossistema soluções para facilitar a gestão financeira, ampliar o acesso ao crédito e criar oportunidades de crescimento através de ferramentas para impulsionar as vendas, além de opções de seguros personalizados para este nicho de clientes.

Investimos ainda na compra de folhas de pagamento de grandes empresas, abrindo espaço para a ampliação da atuação em crédito consignado e para a principalidade do relacionamento do Banrisul junto a clientes PF e PJ.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou o saldo de R\$64.309,1 milhões em março de 2026. O crédito comercial, a maior carteira, totalizou R\$39.189,9 milhões e corresponde a 60,9% do total de operações de crédito. No trimestre, o portfólio comercial registrou aumento na Conta Empresarial (+15,5%), Conta Única Rural (+8,8%), Conta Única PJ (+6,1%) e crédito pessoal (+5,1%), bem como incrementos em linhas de renegociação PF e PJ.

Carteira de Crédito R\$64,3 bi



No 1T2026 mantivemos o foco na modernização do portfólio de crédito, na eficiência operacional, na expansão responsável do volume, especialmente para o segmento comercial PF e PJ, e na melhoria contínua da experiência do cliente por meio de soluções digitais, com produtos mais simples, ágeis e adequados às tendências de mercado.

No segmento **pessoa física**, atuamos no reforço da jornada digital do crédito consignado com ofertas automáticas, bem como na simplificação do portfólio de produtos. No segmento **pessoa jurídica**, disponibilizamos o Banrisul Giro Digital, linha de crédito 100% online com elevado potencial de geração de negócios, ampliando nossa capacidade de atender às micro e pequenas empresas. No **agronegócio**, atuamos principalmente na reestruturação financeira dos clientes através de soluções para renegociação. Além disso, marcamos presença em importantes feiras do Estado com estratégia direcionada para operações que aumentem a produtividade e a resiliência das propriedades, além de soluções voltadas à infraestrutura produtiva, comercialização e sustentabilidade no campo.

No âmbito da **qualidade dos ativos de crédito**, atuamos de forma cada vez mais alinhada à mitigação do risco, ancorados na ampliação das soluções digitais, no fortalecimento da governança e na evolução das estratégias de renegociação. A plataforma **Finanças em Dia**, solução digital lançada em 2025, está em constante expansão de produtos abrangidos e negociações geradas, se consolidando como uma importante ferramenta na atuação preventiva sobre a inadimplência. No 1T2026, 32,9 mil contratos foram negociados através da plataforma, em volume financeiro de R\$164,2 milhões.

As ações conduzidas ao longo do trimestre reforçaram, ainda, a gestão ativa da migração entre estágios e faixas de atraso, contribuindo para o monitoramento contínuo dos indicadores de qualidade da carteira e para a adequada gestão da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, alcançou o saldo de R\$132.758,5 milhões ao final de março de 2026, apresentando estabilidade frente ao trimestre anterior. O período registrou evolução nos depósitos com aumento de R\$513,4 milhões, especialmente nos depósitos a prazo, bem como nos recursos administrados, que registraram incremento de R\$387,9 milhões, alinhado à estratégia de criação da marca **Banrisul Asset** em 2025. Nos recursos em letras, cabe destacar o desempenho das Letras Financeiras que registraram crescimento de R\$719,5 milhões no trimestre, com destaque para as operações prefixadas que tiveram um incremento de 39,9%, equivalente a R\$452,0 milhões.

Em janeiro de 2026 efetuamos a liquidação antecipada de instrumento de dívida subordinada no montante de R\$1.689,4 milhões (US\$300,0 milhões), instrumento emitido em 2021 com prazo total de dez anos e opção de recompra antecipada no quinto ano, exercida integralmente na data prevista. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à captação e vinculadas ao *hedge accounting* do referido passivo, encerrando integralmente a operação e seus instrumentos financeiros correlatos.

Soluções em Câmbio

Contamos com um portfólio completo de produtos e serviços cambiais para PF e PJ, primando sempre pela gestão prudente, monitoramento permanente das operações e profundo conhecimento do perfil e da atividade econômica dos clientes. Ao final do 1T2026, nossa carteira de câmbio totalizou R\$2,8 bilhões, com evolução consistente do portfólio e expansão das operações vinculadas ao comércio exterior. Através da disciplina no acompanhamento do crédito e da manutenção de indicadores de inadimplência em níveis reduzidos, asseguramos a sustentabilidade da carteira mesmo em um cenário de expansão dos volumes.



A **Banri Global Account** manteve destaque como solução eficiente para os clientes com demandas internacionais. No 1T2026, foram abertas 2.693 novas contas, e o volume total transacionado foi de R\$8,4 milhões.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de março de 2026, com incrementos de 1,1% no total de transações e 1,9% no faturamento em relação ao 1T2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$200,6 milhões no 1T2026.

Cartões de Crédito		Banricompras		Banricard	
27,4 milhões de transações	R\$2,8 bilhões faturamento	33,4 milhões de transações	R\$3,8 bilhões faturamento	4.943 clientes conveniados ativos	R\$597,0 mi faturamento

Durante o primeiro trimestre de 2026, avançamos de forma consistente na ampliação do acesso, na digitalização de processos e no fortalecimento do portfólio de cartões de crédito e débito, com foco em eficiência operacional, experiência do cliente e sustentabilidade. No campo comercial, lançamos promoções e benefícios direcionados a clientes PF que ainda não possuíam cartão de crédito Banrisul, contribuindo para a ampliação da base de clientes e para o estímulo à principalidade do relacionamento com o Banco.

Em linha com a estratégia de digitalização e sustentabilidade, a partir de março de 2026 priorizamos a disponibilização das faturas de cartão de crédito de forma digital por meio do aplicativo Banrisul.

Na plataforma **Banrishopping**, ampliamos benefícios relacionados ao programa de recompensas Banriclubes com a atualização das faixas de resgate do Crédito em Fatura, iniciativa que contribui para estimular o uso recorrente dos cartões de crédito Banrisul e fortalecer o relacionamento com a base de clientes.

No **Banricompras**, ampliamos os canais de aceitação e a melhoria da experiência digital dos usuários. Dentre as iniciativas, destaca-se a disponibilização do Banricompras no aplicativo Vero Wallet, permitindo que correntistas PF realizem pagamentos por meio da carteira digital, utilizando QR Code nas modalidades à vista, pré-datada e parcelada na maquininha da Vero. A integração com a carteira digital contribui para a modernização do meio de pagamento regional, mantendo o Banricompras competitivo frente às soluções digitais disponíveis no mercado.

Rede de Adquirência Vero



A Vero encerrou o 1T2026 com 150,0 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 128,9 milhões de transações.



A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$2,2 bilhões no 1T2026, equivalente a 37,3% do volume passível de antecipação.

Relacionamento com o Cliente

No 1T2026, reforçamos a capilaridade de atendimento no Rio Grande do Sul e em outros estados, combinando rede física, correspondentes e canais digitais.

Tipo	Quantidades
Total Pontos de Atendimento no País ⁽¹⁾	592
Rio Grande do Sul	573
Demais Estados	19
PAEs - Pontos de Atendimento Eletrônico	359
Banripontos	945
Abrangência de Atendimento com Banrisul	92,76%

(1) Agências e postos de atendimento

No âmbito corporativo, prosseguimos com o aprimoramento das equipes e a implementação da centralização das operações do **Banrisul Corporate**, com foco no aumento da eficiência operacional e elevação da qualidade do atendimento. Adicionalmente, criamos a função de Agente de Prospecção PJ: profissionais munidos de informações qualificadas a partir de inteligência de mercado e dados, treinados para atuarem de forma ainda mais ativa na identificação e abordagem de empresas com potencial de relacionamento.

No âmbito comercial, intensificamos a visibilidade e atuação junto ao comércio local por meio da parceria exclusiva com o Liquida Porto Alegre 2026, com o objetivo de ampliar a captação de novos clientes, bem como estimular o aumento do uso do cartão Banricompras pelos consumidores e o credenciamento de lojistas na Vero.

A rede **Banripontos** tem se consolidado como um importante canal complementar de negócios e atendimento em regiões com menor cobertura bancária, bem como em pontos urbanos estratégicos. Atualmente, nossa rede de atendimento conta com 945 Banripontos, presentes em 70% dos municípios do RS. A transformação do modelo, iniciada em 2025 em parceria com empresa líder em *bancassurance*, tem viabilizado a prospecção de novos correspondentes e a ampliação da atuação dos canais, fortalecendo a expansão e reforçando a presença institucional do Banrisul.



A **BanriWay**, conta digital com controle parental para crianças e jovens lançada no 4T2025, alcançou a abertura de 574 contas desde o seu lançamento. O resultado aponta para uma boa adesão inicial pela solução, sinalizando o potencial do produto como porta de entrada para relacionamentos de longo prazo. A BanriWay é um produto alinhado à estratégia institucional de inovação, digitalização, incentivo à educação financeira desde a infância

e renovação da base de clientes, e está em constante evolução, tendo previstas novas funcionalidades e melhorias na experiência digital, incluindo a jornada de investimentos.

Ao final do 1T2026 alcançamos o total de 968 **ATMs Recicladores** instalados, equipamentos que reutilizam as cédulas depositadas e possibilitam transações para clientes de mais de 150 bancos conectados com a rede Banco24Horas. Neste trimestre, foram realizadas mais de 5,3 milhões de transações nos novos terminais, movimentando cerca de R\$2,7 bilhões.

+5,3 milhões de transações

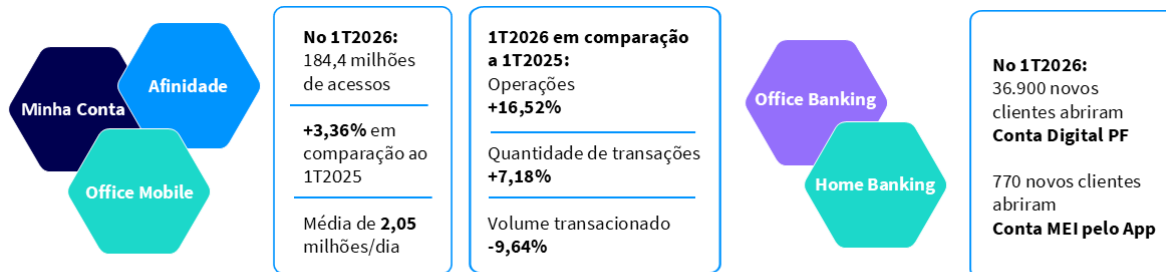
79,2% clientes Banrisul

20,8% outras IF



Canais Digitais

Contamos com os canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul, além do Office e do Home Banking, acessíveis via web.



Os canais digitais consolidam-se como o principal meio de relacionamento do Banrisul, combinando escala, segurança e evolução contínua da experiência do cliente.

90,29% do total de operações via canais digitais no 1T2026

No 1T2026, implementamos melhorias na jornada do cliente com avanços em segurança, usabilidade e oferta de funcionalidades, contribuindo para a ampliação do uso dos canais eletrônicos e para a eficiência operacional.

No App, foram implementadas novas funcionalidades incluindo a ativação do acesso por **biometria facial**, eliminando etapas adicionais de autenticação por meios físicos. A experiência do Pix também seguiu em evolução com o lançamento do **Pix por Aproximação**, permitindo que usuários realizem transações aproximando o celular de qualquer maquininha compatível, de forma semelhante ao pagamento por aproximação com cartões. Ainda no App, a experiência de navegação foi aprimorada com um novo buscador inteligente, desenvolvido para facilitar a navegação dos usuários e tornar mais rápido o acesso aos serviços, através de palavras-chave digitadas diretamente na tela inicial.

Para os clientes PJ disponibilizamos, no canal Office Banking, a assinatura digital de contratos e aditamentos para empresas com um único administrador. Além disso, criamos a Página Centralizadora de Portais PJ, que reúne em um único ambiente os acessos destinados aos clientes empresariais.

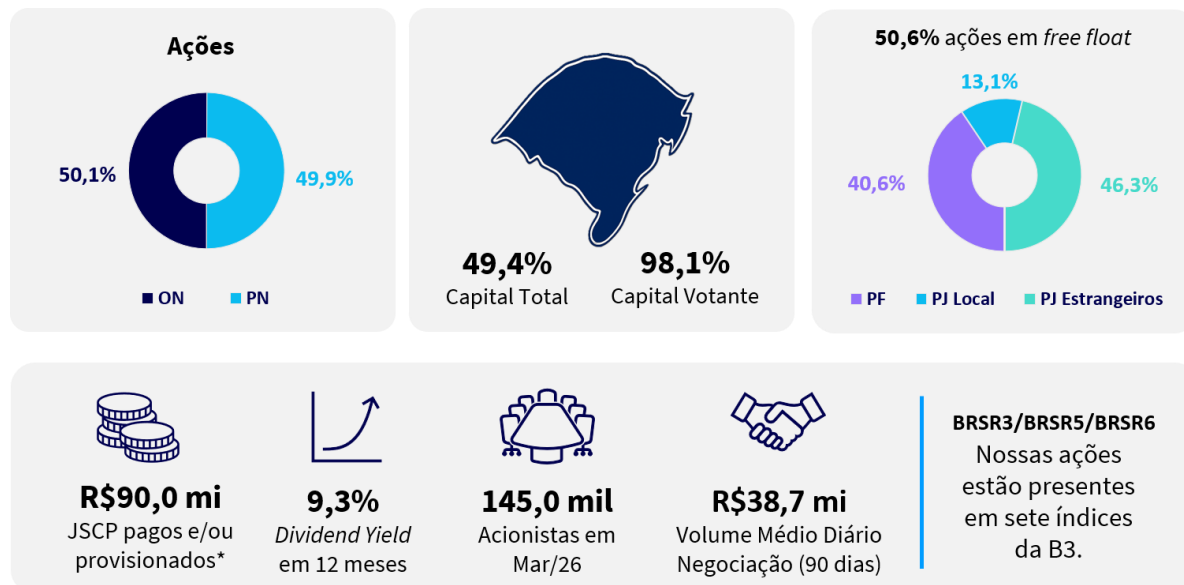
No ecossistema Vero, a nova versão do aplicativo Vero Wallet incorporou funcionalidades como biometria facial, Pix recorrente, Pix saque e troco, evolução de limites, bloqueio de chaves suspeitas e melhorias para o Banricard. A plataforma **Vero Gestão Web** foi ampliada, passando a oferecer visualização detalhada das vendas, relatórios em Excel e uma nova área para downloads em grande volume, contribuindo para a eficiência e o controle da gestão dos estabelecimentos credenciados.

Governança Corporativa

Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de métodos, políticas e processos decisórios, alinhada às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas. Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#).

Estrutura Acionária



*No 1T2026 / antes da retenção do imposto de renda.

Nosso programa de **Relações com Investidores** conecta o Banrisul com o mercado, interagindo e atuando de forma aberta e transparente no compartilhamento de informações com acionistas e investidores. Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) para esclarecer dúvidas e [Cadastre-se no Mailling](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação da Companhia.

Gestão de Capital e de Risco

Tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito. Anualmente revisamos nossa Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, que está disponível no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos) em conjunto com o Relatório de Pilar 3, que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Os principais riscos gerenciados são:

- **Risco de Crédito:** efetuamos melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada – RWA_{CPAD} .
- **Risco de Mercado:** no 1T2026 os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.
- **Risco de Liquidez:** no 1T2026 os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
- **Risco Operacional:** A mensuração da parcela RWA_{OPAD} , já consolidada nos modelos e processos internos, apresentou comportamento estável no período, em conformidade com as normas vigentes.
- **Riscos ESG (Ambientais, Sociais e Climáticos):** Monitoramento da exposição da carteira de crédito PJ, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

O **índice de Basileia** atingiu 17,47% em 31 de março de 2026, 6,97 p.p. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

No 1T2026 trabalhamos na continuidade das iniciativas em transformação digital, reforçando o compromisso com inovação, segurança da informação e melhoria contínua da experiência do cliente. Os avanços abrangem produtos, processos e plataformas, com efeitos relacionados à eficiência operacional e à ampliação da atuação de nossos canais digitais e do ecossistema Vero.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$111,4 milhões no 1T2026, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura e serviços de TI, de autoatendimento, reformas e ampliações e segurança patrimonial.



No âmbito da estratégia digital, disponibilizamos a ativação do acesso ao aplicativo Banrisul por biometria facial, aprimoramos a experiência do Pix e disponibilizamos um novo buscador no App – Vide [Canais Digitais](#).

No contexto do relacionamento com o cliente, seguimos com a gestão e melhoria contínuas das regras de monitoramento transacional, e aperfeiçoamos a jornada de atualização cadastral para todos os clientes. Para clientes PJ, a experiência foi aprimorada com a assinatura digital de contratos (vide [Canais Digitais](#)) e com a implementação de ferramenta de diagnóstico para apoio à resolução de problemas de acesso nos canais Home

Banking e Office Banking. Implantamos também a nova Experiência de Investir PJ, e disponibilizamos o extrato consolidado em formato PDF, iniciativas que modernizam e unificam a visão do investidor.

A respeito da modernização e eficiência operacional, os processos de segurança cibernética passam por aprimoração contínua, ampliando a capacidade institucional de prevenção, detecção e resposta a eventos que possam impactar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações. Neste trimestre, iniciamos um projeto de monitoramento de rotas de fibra óptica, que tem como objetivo a transmissão de dados de forma eficiente, segura e com baixo consumo de energia. O Projeto AIOPS (Inteligência Artificial para Operações de TI) segue em evolução na segunda fase de implantação, contemplando os canais de Internet Banking e a Rede Vero, com expectativa de maior controle operacional e redução do tempo de resposta a incidentes. A virtualização dos servidores de agência, iniciada em 2025, alcançou 94% de conclusão no 1T2026, proporcionando benefícios operacionais como a redução de dependência de hardware físico nas agências e ganhos operacionais em manutenção, escalabilidade e eficiência.

Com relação à [Banritech](#), no 1T2026 ocorreram ações de desdobramento do ciclo 2025 do programa Banritech Fly, com iniciativas voltadas à realização de Provas de Conceito (POCs) com as startups participantes, etapa fundamental para avaliação técnica de soluções aderentes às necessidades institucionais. A Banritech também teve participação ativa no South Summit Brazil 2026, através de executivos e especialistas em uma série de painéis ao longo dos três dias do evento, contribuindo para fortalecer nossa presença no ecossistema de inovação.

Sustentabilidade

No primeiro trimestre de 2026, foi lançado o Programa Impacta RS, parceria entre Banrisul, Governo do Estado (por meio da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia), Coalizão pelo Impacto e fundo Regenera RS, que selecionará até 30 negócios de impacto socioambiental com atuação no Rio Grande do Sul para uma jornada de capacitação com foco em gestão de impacto e acesso a capital.

Além disso, concluímos a etapa de mensuração das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do inventário do ano de 2025 e estamos participando do grupo da Febraban referente às emissões financiadas.

Pessoas



Dados Quantitativos

9.394 quantidade total de empregados	3.984 (42,4%) quantidade de mulheres 31/03/2026
1.481 quantidade de estagiários	380 (33,4%) funções de liderança ocupados por mulheres em 31/03/2026
268 (2,8%) quantidade e (%) de empregados declarados PCD em 31/03/2026	2 (22,2%) quantidade de mulheres na alta administração 31/03/2026

Nossa política de recursos humanos é pautada na valorização do capital humano, na diversidade e no desenvolvimento profissional. Nossos colaboradores contam com programas contínuos de desenvolvimento pessoal e fortalecimento da cultura organizacional, como o programa Banrisul Nosso Jeito, voltado aos cargos executivos e que contempla temas como comunicação, liderança, gestão, cultura organizacional, inovação, processos e pessoas. Assim como os cargos executivos, as equipes comerciais são treinadas através de trilhas de conhecimento que integram conteúdos próprios e de plataformas parceiras.

No 1T2026 finalizamos um novo processo seletivo público para contratação de estagiários, promovendo oportunidades estratégicas de incorporação de ideias inovadoras alinhadas às transformações do mercado. No mesmo período foram admitidos 268 novos funcionários, lotados na rede de agências e nas áreas de TI, garantindo a reposição de colaboradores aposentados. Além disso, 244 novos Gerentes de Relacionamento foram treinados com a segunda edição do Programa de Formação pós reestruturação de funções.

Após a implementação, em 2025 da Reestruturação de Funções na rede de agências e nas áreas administrativas, que contribuiu para a segurança jurídica nas relações de trabalho por ela abarcadas e para a mitigação de impasses frente a passivos trabalhistas, implementamos alternativas adicionais para o tratamento de contingências já constituídas, especialmente aquelas decorrentes de ações coletivas em andamento. No 1T2026 iniciamos, de forma pontual, a oferta de propostas de acordos individuais de adesão voluntária para empregados elegíveis, alinhada às melhores práticas de gestão de riscos, conforme detalhamento na Nota Explicativa 37 – Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras.

Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, com destaque para ações de inclusão digital, educação financeira e apoio a projetos sociais.

Neste trimestre, doamos 613 computadores para a Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre, em uma ação que integra um conjunto de iniciativas conduzidas em parceria com o Programa Sustentare, do Governo do Estado, que promove o reaproveitamento de equipamentos de informática em boas condições de uso. Desde 2023 doamos mais de 10 mil computadores, contribuindo para ampliar o acesso à tecnologia e incentivar a inclusão digital em diversas comunidades gaúchas, aliado aos princípios de sustentabilidade.



No escopo da acessibilidade, no 1T2026 concluímos o Módulo II da capacitação em Libras, com a participação de 62 colaboradores, totalizando 1.332 colegas capacitados em Libras no Banco (DG + Rede) ao final de março de 2026.

Reconhecimentos

Março/2026. Banrisul é destaque na principal categoria da pesquisa Marcas de Quem Decide.

O Banrisul foi uma das empresas vencedoras na categoria Grande Marca Gaúcha do Ano – nos quesitos Lembrança e Preferência - principal premiação da 28ª edição da pesquisa Marcas de Quem Decide, promovida pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO), e recebeu a distinção Marca Líder na categoria Empresa Pública Gaúcha, com reconhecimento como a mais lembrada e preferida; e Marca Líder na categoria Banco, como a mais lembrada. Além disso, conquistamos a segunda colocação na categoria Banco, com reconhecimento como marca preferida; e a terceira colocação na categoria Consórcio, com reconhecimento como marca lembrada e preferida.

Agradecimentos

Nossa atuação no período demonstra o êxito das diretrizes estratégicas empreendidas pela atual gestão, com foco em um atendimento mais humano, próximo e atento às necessidades dos clientes. Reconhecemos o elevado profissionalismo dos nossos funcionários, e agradecemos a confiança depositada por nossos clientes, acionistas, investidores e fornecedores.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo					
Disponibilidades	6	1.285.041	1.298.123	1.285.043	1.298.124
Ativos Financeiros		153.106.101	152.736.876	156.187.724	156.169.101
Ao Custo Amortizado		130.379.905	129.699.209	132.884.808	132.572.033
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	15.369.033	15.861.036	15.369.033	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.068.470	4.024.499	4.068.470	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	9	47.189.989	45.839.386	47.199.340	45.848.429
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.293.324	65.016.852	64.309.056	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	11	3.840.697	3.081.055	6.324.044	5.936.592
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(4.381.608)	(4.123.619)	(4.385.135)	(4.127.304)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(4.066.173)	(3.813.989)	(4.066.338)	(3.814.159)
(Outros Ativos Financeiros)		(315.435)	(309.630)	(318.797)	(313.145)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes		22.718.587	21.937.981	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	12	22.718.587	21.937.981	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		7.609	1.099.686	584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	13	-	999.446	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	7.609	100.240	7.609	100.240
Ativos Fiscais		3.933.071	3.877.895	4.066.834	3.967.976
Correntes		220.724	195.760	281.518	199.421
Diferidos	15a	3.712.347	3.682.135	3.785.316	3.768.555
Outros Ativos	14	594.068	589.050	674.545	672.897
Investimentos		4.340.689	4.176.701	162.068	135.428
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	4.340.689	4.176.701	162.068	135.428
Imobilizado de Uso	17	698.288	707.733	915.346	926.844
Imobilizações de Uso		1.629.488	1.636.792	1.997.365	1.995.256
(Depreciação Acumulada)		(931.200)	(929.059)	(1.082.019)	(1.068.412)
Intangível	18	247.419	299.682	247.419	299.682
Ativos Intangíveis		1.946.702	1.943.671	1.948.048	1.945.017
(Amortização Acumulada)		(1.699.283)	(1.643.989)	(1.700.629)	(1.645.335)
Total do Ativo		164.204.677	163.686.060	163.538.979	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual		Consolidado	
	Nota	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo					
Passivos Financeiros		148.574.068	148.013.741	147.671.124	147.521.081
Ao Custo Amortizado		148.465.274	146.215.128	147.562.330	145.722.468
Depósitos	19	102.419.810	101.741.922	101.071.290	100.557.914
Captações no Mercado Aberto	19	24.029.802	22.959.070	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	8.690.452	8.711.917	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.507.547	2.413.040	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	19	2.661.167	2.803.298	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses	19	4.331.320	3.802.826	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	20	3.825.176	3.783.055	5.397.353	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado		950	1.690.432	950	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	950	1.027	950	1.027
Dívidas Subordinadas	21	-	1.689.405	-	1.689.405
Provisão para Perda Esperada		107.844	108.181	107.844	108.181
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		97.986	96.100	97.986	96.100
Garantias Financeiras Prestadas		9.858	12.081	9.858	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	2.538.864	2.510.964	2.545.663	2.518.055
Passivos Fiscais		337.072	328.419	442.739	455.084
Correntes		174.297	174.500	262.323	284.128
Diferidos	15b	162.775	153.919	180.416	170.956
Outros Passivos	24	1.431.435	1.657.964	1.552.624	1.797.423
Total do Passivo		152.881.439	152.511.088	152.212.150	152.291.643
Patrimônio Líquido					
	25				
Capital Social		8.300.000	8.300.000	8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098	5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.008.334	3.008.334	3.008.334	3.008.334
Outros Resultados Abrangentes		(123.051)	(138.460)	(123.051)	(138.460)
Lucros Acumulados		132.857	-	132.857	-
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	3.591	3.437
Total do Patrimônio Líquido		11.323.238	11.174.972	11.326.829	11.178.409
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		164.204.677	163.686.060	163.538.979	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de Intermediação Financeira		5.825.913	4.805.590	5.845.277	4.823.837
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		2.855.174	2.536.548	2.855.174	2.536.548
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.478.528	1.827.300	2.497.892	1.845.547
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(65.738)	(159.357)	(65.738)	(159.357)
Resultado de Operações de Câmbio		50.439	232.855	50.439	232.855
Resultado das Aplicações Compulsórias		507.510	368.244	507.510	368.244
Despesas de Intermediação Financeira		(4.202.388)	(3.336.091)	(4.109.463)	(3.281.515)
Operações de Captação no Mercado		(4.044.531)	(3.021.751)	(3.951.536)	(2.967.080)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(157.857)	(314.340)	(157.927)	(314.435)
Resultado de Intermediação Financeira		1.623.525	1.469.499	1.735.814	1.542.322
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(542.508)	(334.538)	(542.465)	(334.700)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(537.070)	(420.378)	(537.115)	(420.339)
Outros Instrumentos Financeiros		(5.438)	85.840	(5.350)	85.639
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(893.309)	(928.476)	(943.034)	(913.101)
Receitas de Prestação de Serviços	26	263.873	249.834	525.151	521.483
Despesas de Pessoal	27	(684.227)	(634.378)	(689.948)	(639.515)
Outras Despesas Administrativas	28	(505.055)	(491.608)	(543.948)	(519.836)
Despesas Tributárias		(111.586)	(100.512)	(149.637)	(139.469)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	257.125	193.298	28.751	23.246
Outras Receitas Operacionais	29	143.927	113.557	182.088	136.035
Outras Despesas Operacionais	30	(158.236)	(135.968)	(196.629)	(172.169)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	(99.130)	(122.699)	(98.862)	(122.876)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		187.708	206.485	250.315	294.521
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31	33.699	34.833	(28.731)	(53.042)
Corrente		-	(3)	(60.673)	(90.467)
Diferido		33.699	34.836	31.942	37.425
Lucro Líquido do Período		221.407	241.318	221.584	241.479
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		221.407	241.318	221.407	241.318
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	177	161
Lucro por Ação	32				
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$					
Ação Ordinária		0,54	0,59	0,54	0,59
Ação Preferencial A		0,54	0,59	0,54	0,59
Ação Preferencial B		0,54	0,59	0,54	0,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro Líquido do Período	221.407	241.318	221.584	241.479
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	15.409	10.556	15.409	10.556
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados				
Abrangentes	15.409	10.556	15.409	10.556
Variação de Valor Justo	27.748	19.267	27.748	19.267
Efeito Fiscal	(12.339)	(8.711)	(12.339)	(8.711)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	15.409	10.556	15.409	10.556
Resultado Abrangente Líquido do Período	236.816	251.874	236.993	252.035
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	236.816	251.874	236.816	251.874
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	177	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Acionistas Controladores								Acionistas Não Controladores	Consolidado
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			ORA	Lucros Acumulados	Individual		
				Legal	Estatutária	Para Expansão					
Saldo em 31/12/2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. CMN nº 4.975/21 e Res. BCB nº 352/23)	2b	-	-	-	-	-	-	(164.121)	(164.121)	-	(164.121)
Saldo de Abertura 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(106.214)	(164.121)	10.245.881	3.706	10.249.587
Outros Resultados Abrangentes											
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	10.556	-	10.556	-	10.556
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	1.450	1.450	-	1.450
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	241.318	241.318	161	241.479
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldo em 31/03/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(95.658)	(11.353)	10.409.205	3.967	10.413.172
Saldo em 01/01/2026		8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	315.934	(138.460)	-	11.174.972	3.437	11.178.409
Outros Resultados Abrangentes											
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	15.409	-	15.409	-	15.409
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	1.450	1.450	-	1.450
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	221.407	221.407	177	221.584
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldo em 31/03/2026		8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	315.934	(123.051)	132.857	11.323.238	3.591	11.326.829

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	187.708	206.485	250.315	294.521
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	564.606	230.099	804.407	411.774
Depreciação e Amortização	89.875	88.680	101.613	99.964
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	(257.125)	(193.298)	(28.751)	(23.246)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	42.976	(84.236)	42.976	(84.236)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	542.508	334.538	542.465	334.700
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	47.242	(38.284)	47.242	(38.284)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	99.130	122.699	98.862	122.876
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos	1.612.888	2.473.366	1.903.335	2.713.613
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	356.059	(4.771)	356.059	(4.771)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	492.003	95.890	492.003	95.890
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	999.446	1.463.199	985.904	1.524.995
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	92.554	118.586	92.554	118.586
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	438.642	(1.117.944)	434.789	(1.118.901)
Outros Ativos Financeiros	(737.429)	2.050.639	(387.519)	2.274.105
Ativos Fiscais	(21.477)	(77.479)	(66.916)	(123.047)
Outros Ativos	(5.138)	(55.039)	(1.767)	(53.318)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.772)	285	(1.772)	74
Aumento/(Redução) em Passivos	1.913.050	3.932.938	1.403.014	3.451.062
Depósitos	677.888	624.729	513.376	226.239
Captações no Mercado Aberto	1.070.732	3.226.956	1.074.399	3.221.847
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(21.465)	1.001.490	(43.016)	984.607
Obrigações por Empréstimos e Repasses	416.020	497.619	416.018	501.514
Outros Passivos Financeiros	42.122	(1.625.064)	(185.374)	(1.117.736)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(71.230)	(55.665)	(71.254)	(55.678)
Passivos Fiscais	(15.300)	59.525	102.251	138.007
Outros Passivos	(175.971)	280.259	(256.848)	(272.688)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(9.746)	(76.911)	(146.538)	(175.050)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades Operacionais	4.278.252	6.842.888	4.361.071	6.870.970
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Dividendos/JSCP Recebidos de Controladas e Coligadas	72.695	2.474	3.883	2.474
(Aumento)/Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(780.606)	(573.291)	(780.606)	(571.407)
(Aumento)/Redução Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(1.350.604)	(5.633.012)	(1.350.912)	(5.633.249)
Alienação de Imobilizado de Uso	14.234	3.335	15.334	5.395
Alienação de Intangível	-	186	-	186
Aquisição de Imobilizado de Uso	(40.120)	(30.875)	(50.905)	(47.689)
Aquisição de Intangível	(3.078)	(12.597)	(3.078)	(12.597)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Investimento	(2.087.479)	(6.243.780)	(2.166.284)	(6.256.887)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de Juros/Resgate da Dívida Subordinada	(1.637.874)	(56.891)	(1.637.874)	(56.891)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(90.000)	(90.000)	(90.000)	(90.000)
Liquidação de Arrendamentos	(28.740)	-	(29.130)	-
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	154	261
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Financiamento	(1.756.614)	(146.891)	(1.756.850)	(146.630)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	434.159	452.217	437.937	467.453
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	3.198.123	1.734.417	3.375.262	1.792.278
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(47.242)	38.284	(47.242)	38.284
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.585.040	2.224.918	3.765.957	2.298.015

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/001 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas (a)	5.691.205	4.834.443	6.010.051	5.146.655
Receitas de Intermediação Financeira	5.825.913	4.805.590	5.845.277	4.823.837
Receitas de Prestação de Serviços	263.873	249.834	525.151	521.483
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(542.508)	(334.538)	(542.465)	(334.700)
Outras Receitas Operacionais	143.927	113.557	182.088	136.035
Despesas (b)	(4.202.388)	(3.336.091)	(4.109.463)	(3.281.515)
Despesas de Intermediação Financeira	(4.202.388)	(3.336.091)	(4.109.463)	(3.281.515)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(654.912)	(649.248)	(720.661)	(703.021)
Materiais, Energia e Outros	(477.574)	(493.136)	(533.940)	(539.303)
Serviços de Terceiros e Técnicos Especializados	(177.338)	(156.112)	(186.721)	(163.718)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	833.905	849.104	1.179.927	1.162.119
Depreciação e Amortização (e)	(89.884)	(88.680)	(101.622)	(99.964)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	744.021	760.424	1.078.305	1.062.155
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	257.125	193.298	28.751	23.246
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	257.125	193.298	28.751	23.246
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	1.001.146	953.722	1.107.056	1.085.401
Distribuição do Valor Adicionado	1.001.146	953.722	1.107.056	1.085.401
Pessoal	595.961	554.970	601.379	559.833
Remuneração Direta	405.409	384.243	409.728	387.974
Benefícios	162.886	146.479	163.590	147.216
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	27.666	24.248	28.061	24.643
Impostos, Taxas e Contribuições	166.153	145.087	266.937	272.193
Federais	150.393	130.117	245.085	249.811
Estaduais	9	6	52	154
Municipais	15.751	14.964	21.800	22.228
Remuneração de Capitais de Terceiros	17.625	12.347	17.156	11.896
Aluguéis	17.625	12.347	17.156	11.896
Remuneração de Capitais Próprios	221.407	241.318	221.584	241.479
Juros sobre o Capital Próprio	90.000	90.000	90.000	90.000
Lucros Retidos do Período	131.407	151.318	131.407	151.318
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	177	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários,

sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativos financeiros como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de maio de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações da Adoção Inicial

A tabela a seguir apresenta a Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 e Resolução BCB nº 352/23.

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(233)	(233)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (Provisões para Perdas Esperadas)	5.056	5.056
	(116.286)	(116.779)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(701)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.881	10.249.587

(c) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2026, ocorreram reclassificações entre grupos da Demonstração do Resultado e, consequentemente, na Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e a consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos de 31 de março de 2025 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

(c.1) Demonstração do Resultado

Valores Movimentados entre Grupos		Individual
De	Para	Reclassificações
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.682
	Resultado de Operações de Câmbio	21.283
	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	8.184
	Receitas de Prestação de Serviços	202
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	Resultado de Operações de Câmbio	38.357
	Outras Receitas Operacionais	1.017
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	29.071
Receitas de Prestação de Serviços	Outras Despesas Operacionais	490

Saldos dos Grupos Reclassificados			Individual
Grupos	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.542.460	(5.912)	2.536.548
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.844.992	(17.692)	1.827.300
Resultado de Operações de Câmbio	173.215	59.640	232.855
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(306.156)	(8.184)	(314.340)
Receita de Prestação de Serviços	278.213	(28.379)	249.834
Outras Receitas Operacionais	112.540	1.017	113.557
Outras Despesas Operacionais	(135.478)	(490)	(135.968)

Valores Movimentados entre Grupos		Consolidado
De	Para	Reclassificações
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.682
	Resultado de Operações de Câmbio	21.283
	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	8.184
	Receitas de Prestação de Serviços	202
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	Resultado de Operações de Câmbio	38.357
	Outras Receitas Operacionais	1.017
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	29.071
Receitas de Prestação de Serviços	Outras Despesas Operacionais	490
	(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	78
(Outros Instrumentos Financeiros)	Financeiro)	

SalDOS dos Grupos Reclassificados			Consolidado
Grupos	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.542.460	(5.912)	2.536.548
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.863.239	(17.692)	1.845.547
Resultado de Operações de Câmbio	173.215	59.640	232.855
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(306.251)	(8.184)	(314.435)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	(420.261)	(78)	(420.339)
(Outros Instrumentos Financeiros)	85.561	78	85.639
Receita de Prestação de Serviços	549.862	(28.379)	521.483
Outras Receitas Operacionais	135.018	1.017	136.035
Outras Despesas Operacionais	(171.679)	(490)	(172.169)

(c.2) Demonstração do Valor Adicionado

SalDOS dos Grupos Reclassificados			Individual
Grupos	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Receitas de Intermediação Financeira	4.769.554	36.036	4.805.590
Prestação de Serviços	278.213	(28.379)	249.834
Outras Receitas Operacionais	112.540	1.017	113.557
Despesas de Intermediação Financeira	(3.327.907)	(8.184)	(3.336.091)
Materiais, Energia e Outros	(492.646)	(490)	(493.136)

SalDOS dos Grupos Reclassificados			Consolidado
Grupos	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Receitas de Intermediação Financeira	4.787.801	36.036	4.823.837
Prestação de Serviços	549.862	(28.379)	521.483
Outras Receitas Operacionais	135.018	1.017	136.035
Despesas de Intermediação Financeira	(3.273.331)	(8.184)	(3.281.515)
Materiais, Energia e Outros	(538.813)	(490)	(539.303)

(d) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei Complementar nº 214, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026:

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamenta a reforma tributária prevista na Emenda Constitucional nº 132/2023, criando um novo sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A lei institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substitui o ICMS e o ISSQN, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS e à COFINS.

A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, marcando o início de um período de transição e testes do novo modelo. Para viabilizar sua implementação, o Banrisul contratou consultoria especializada e criou um Comitê de Implementação da Reforma Tributária, com grupos de trabalho responsáveis por analisar os impactos legais, operacionais, sistêmicos, contábeis e tributários.

Diante do caráter transitório de 2026 e da necessidade de regulamentações complementares, o Banrisul continuará acompanhando a evolução das normas e adotando as medidas necessárias para a correta aplicação do novo regime tributário.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1) ou no Segmento 2 (S2).

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do ano de 2026 com a primeira divulgação em 2027.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme faculta o normativo, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. Para fins de divulgação do valor justo, os instrumentos financeiros são classificados em uma hierarquia de três níveis, com base no grau de observabilidade dos *inputs* utilizados nas técnicas de mensuração.

O Grupo Banrisul pode deter, eventualmente, instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais não cotados cuja mensuração envolva técnicas de avaliação com utilização de *inputs* não observáveis, os quais são classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Quando aplicável, a natureza desses instrumentos,

os montantes envolvidos e as técnicas de avaliação utilizadas são divulgados de forma agregada nas Notas Explicativas específicas.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Ativos Financeiros ao CA:** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- **Ativos Financeiros ao VJORA:** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- **Ativos Financeiros ao VJR:** ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas

ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizada a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incurridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incurridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Stop Accrual

O procedimento de *stop accrual* consiste em interromper o reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou quaisquer outras atividades financeiras relacionadas ao ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito. No Banrisul, esse processo é adotado de forma sistemática, impedindo que sejam reconhecidas no resultado do período receitas ainda não recebidas referentes a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos relativos a instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. Contudo, o reconhecimento de receitas ainda não recebidas é suspenso caso o ativo financeiro seja classificado com problema de recuperação de crédito. Uma vez que o instrumento financeiro deixe de ser classificado como tal, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas correspondentes, incluindo a integralidade da renda anteriormente represada.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme a Instrução Normativa BCB nº 560/24, não se enquadram como reestruturação as renegociações que impliquem concessões à contraparte em decorrência de decisões do CMN ou por força de outras medidas legais. A Resolução CMN nº 4.966/21 faculta até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são

avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026. No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, conseqüentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas, abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Mantidos para Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Para o ano de 2025, ficou vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda foi adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa

de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído são semelhantes.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de aquisição, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa, de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Composição da Carteira por Setor de Atividade	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Setor Público	178.975	180.540	190.240	188.890
Administração Pública – Direta e Indireta	178.975	180.540	190.240	188.890
Setor Privado	64.114.349	64.836.312	64.118.816	64.839.891
Pessoa Física	47.819.803	48.479.146	47.819.846	48.479.189
Pessoa Jurídica	16.294.546	16.357.166	16.298.970	16.360.702
Agropecuário	276.410	274.799	276.462	274.850
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.807.369	2.861.909	2.807.569	2.862.085
Automotivo	740.142	733.442	740.250	733.550
Celulose, Madeira e Móveis	374.501	400.553	374.524	400.574
Comércio Atacadista – Alimentício	978.819	1.039.330	978.977	1.039.512
Comércio Atacadista – não Alimentício	848.990	860.435	849.126	860.525
Comércio Varejista – Outros	1.499.188	1.519.538	1.499.592	1.519.863
Construção e Imobiliário	1.358.423	1.342.861	1.358.892	1.343.210
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.771.616	1.694.691	1.772.324	1.695.218
Eletroeletrônico e Informática	485.999	507.631	486.102	507.714
Financeiro e Seguro	259.682	289.963	259.688	289.963
Máquinas e Equipamentos	355.301	326.675	355.348	326.717
Metalurgia	447.967	459.455	448.022	459.502
Obras de Infraestrutura	28.724	29.448	29.115	29.633
Petróleo e Gás Natural	621.323	616.893	621.339	616.935
Químico e Petroquímico	1.003.383	1.022.562	1.003.642	1.022.766
Serviços Privados	569.317	582.301	569.780	582.692
Têxtil, Confecções e Couro	471.513	413.334	471.518	413.338
Transportes	485.876	470.523	486.094	470.715
Outros	910.003	910.823	910.606	911.340
Total	64.293.324	65.016.852	64.309.056	65.028.781

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências podem deferir ou indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas, estabelecidas de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências, as operações e Limite de Exposição (LE) são deferidos pelos comitês de crédito da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e operações com LE acima de R\$12 e 8 milhões, respectivamente, até os limites de concentração por cliente e grupo econômico estipulados pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	134.761.531	133.822.876	137.269.961	136.699.385
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.369.033	15.861.036	15.369.033	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	4.024.531	4.068.470	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	47.190.007	45.839.402	47.199.358	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.293.324	65.016.852	64.309.056	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	3.840.697	3.081.055	6.324.044	5.936.592
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	22.718.587	21.937.981	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	22.718.587	21.937.981	22.718.587	21.937.981
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	7.609	1.099.686	584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	-	999.446	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	100.240	7.609	100.240
Off Balance	25.160.222	21.513.417	25.233.332	21.513.417
Garantias Financeiras	589.729	648.413	589.729	648.413
Crédito Imobiliário	317.977	359.516	317.977	359.516
Cheque Especial	6.331.675	4.745.864	6.331.675	4.745.864
Cartão de Crédito	4.845.497	4.569.958	4.845.497	4.569.958
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	6.049.065	5.869.970	6.049.065	5.869.970
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	6.329.591	4.981.121	6.329.591	4.981.121
Outros Limites Pré-Aprovados	696.688	338.575	769.798	338.575
Total	182.647.949	178.373.960	185.806.209	181.809.870

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Individual	
	Carteira de		Carteira de		Carteira de		Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoa Física	43.949.885	601.054	680.761	152.377	3.189.158	2.251.462	47.819.804	3.004.893
Cartão de Crédito	2.329.472	114.745	57.456	12.183	369.096	287.591	2.756.024	414.519
Crédito Consignado	17.457.695	98.716	175.498	22.911	1.201.071	836.672	18.834.264	958.299
Crédito Pessoal	2.654.183	37.265	105.175	22.830	425.463	297.352	3.184.821	357.447
Crédito Imobiliário	5.495.196	26.113	74.180	30.059	60.069	34.237	5.629.445	90.409
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	13.287.167	184.026	97.475	14.117	488.090	301.342	13.872.732	499.485
Outros	2.726.172	140.189	170.977	50.277	645.369	494.268	3.542.518	684.734
Pessoa Jurídica	15.052.653	234.985	202.627	49.999	1.218.240	776.296	16.473.520	1.061.280
Operações de Câmbio	2.719.791	12.339	1.369	14	93.878	8.186	2.815.038	20.539
Capital de Giro	4.885.596	33.981	39.751	10.338	270.017	157.623	5.195.364	201.942
Conta Empresarial/Garantida	2.519.566	91.391	48.036	9.293	189.121	131.706	2.756.723	232.390
Crédito Imobiliário	725.010	10.474	-	-	810	460	725.820	10.934
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	2.827.434	51.251	31.271	6.933	298.394	234.082	3.157.099	292.266
Outros	1.375.256	35.549	82.200	23.421	366.020	244.239	1.823.476	303.209
Total em 31/03/2026	59.002.538	836.039	883.388	202.376	4.407.398	3.027.758	64.293.324	4.066.173
Total em 31/12/2025	60.406.238	901.519	635.025	137.591	3.975.589	2.774.879	65.016.852	3.813.989

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Consolidado	
	Carteira de		Carteira de		Carteira de		Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoa Física	43.949.927	601.054	680.761	152.377	3.189.158	2.251.462	47.819.846	3.004.893
Cartão de Crédito	2.329.472	114.745	57.456	12.183	369.096	287.591	2.756.024	414.519
Crédito Consignado	17.457.695	98.716	175.498	22.911	1.201.071	836.672	18.834.264	958.299
Crédito Pessoal	2.654.183	37.265	105.175	22.830	425.463	297.352	3.184.821	357.447
Crédito Imobiliário	5.495.196	26.113	74.180	30.059	60.069	34.237	5.629.445	90.409
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	13.287.167	184.026	97.475	14.117	488.090	301.342	13.872.732	499.485
Outros	2.726.214	140.189	170.977	50.277	645.369	494.268	3.542.560	684.734
Pessoa Jurídica	15.065.565	235.031	202.690	50.001	1.220.955	776.413	16.489.210	1.061.445
Operações de Câmbio	2.719.791	12.339	1.369	14	93.878	8.186	2.815.038	20.539
Capital de Giro	4.885.596	33.981	39.751	10.338	270.017	157.623	5.195.364	201.942
Conta Empresarial/ Garantida	2.519.566	91.391	48.036	9.293	189.121	131.706	2.756.723	232.390
Crédito Imobiliário	725.010	10.474	-	-	810	460	725.820	10.934
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	2.827.434	51.251	31.271	6.933	298.394	234.082	3.157.099	292.266
Outros	1.388.168	35.595	82.263	23.423	368.735	244.356	1.839.166	303.374
Total em 31/03/2026	59.015.492	836.085	883.451	202.378	4.410.113	3.027.875	64.309.056	4.066.338
Total em 31/12/2025	60.415.662	901.558	636.713	137.593	3.976.406	2.775.008	65.028.781	3.814.159

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Não vencidos	57.556.595	58.989.168	57.569.276	58.998.523
Vencidos em até 30 dias	1.445.943	1.417.070	1.446.216	1.417.139
Total	59.002.538	60.406.238	59.015.492	60.415.662

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	58.957.422	60.381.846	58.970.376	60.391.270
Avaliação Individual	45.116	24.392	45.116	24.392
Total	59.002.538	60.406.238	59.015.492	60.415.662

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Não Vencidos	181.862	201.232	181.887	201.934
Vencidos em até 30 dias	14.502	15.539	14.502	16.124
Vencidos de 31 a 60 dias	419.955	273.788	419.973	274.189
Vencidos de 61 a 90 dias	267.069	144.466	267.089	144.466
Total	883.388	635.025	883.451	636.713

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	882.415	633.529	882.478	635.217
Avaliação Individual	973	1.496	973	1.496
Total	883.388	635.025	883.451	636.713

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Não Vencidos	936.070	939.683	937.787	940.201
Vencidos em até 30 dias	110.250	116.628	110.583	116.713
Vencidos de 31 a 60 dias	149.951	83.218	150.265	83.310
Vencidos de 61 a 90 dias	120.807	118.215	121.090	118.222
Vencidos a mais de 90 dias	3.090.320	2.717.845	3.090.388	2.717.960
Total	4.407.398	3.975.589	4.410.113	3.976.406

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	3.895.680	3.536.204	3.898.395	3.537.021
Avaliação Individual	511.718	439.385	511.718	439.385
Total	4.407.398	3.975.589	4.410.113	3.976.406

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significativos no valor de R\$557.807 (31/12/2025 – R\$465.273) no Individual e no Consolidado, excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

Clientes Individualmente Significativos (%)	31/03/2026	31/12/2025
Maior Devedor	19,05	22,84
Cinco Maiores Devedores	52,06	54,90
Dez Maiores Devedores	74,84	78,45
Vinte Maiores Devedores	97,01	98,98

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

A tabela a seguir apresenta o valor total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte, juntamente dos instrumentos baixados a prejuízo (*write-off*). Conforme faculta o artigo

71º-A da Resolução CMN nº 4.966/21, até dezembro de 2026 o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apurar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

	01/01 a 31/03/2026 ⁽¹⁾	01/01 a 31/03/2025 ⁽¹⁾
Operações Renegociadas	475.958	122.483
Operações Renegociadas Ativas	414.871	73.927
Operações Recuperadas da Baixa a Prejuízo	61.088	48.556
Write-Off	345.974	-

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens mantidos para venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$81.985 (01/01 a 31/03/2025 – R\$46.743) no Individual e no Consolidado.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (Trading Book): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (Banking Book): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado (Trading) e o Relatório de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (Banking), ao Comitê de Gestão de Risco, relatórios produzidos para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e a Política de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária, são propostas ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos dashboards para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado (*Trading*) e a Estrutura de Gestão de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (*Banking*) além do Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definida como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o

contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco		Total em 31/03/2026
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	
1	1%	276	6.844	7.120
2	25%	223	98.882	99.105
3	50%	159	194.755	194.914

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;

- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,2194 de 31/03/2026 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 96,1% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 99,8% e 99,9%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$194.914.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	28
Total		28

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	990.855
Cupom Índice	Taxa de Longo Prazo (TLP)	(102)
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	7.483
	Euro	74
Cupom de Taxas	Taxa de Referência (TR)	90.447
	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(60)
DI	Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	2.745.191
Selic	Selic	(3.472.736)
Total		361.152

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada na data de reporte foi de R\$84.572 (31/12/2025 – R\$433.245). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$18.637 (31/12/2025 – R\$99.224).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado na data de reporte o valor de R\$232.956 (31/12/2025 – R\$1.233.060).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre

o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante				Individual	
	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros	27.642.314	26.573.509	81.843.461	21.018.263	157.077.547	156.302.912
Ao Custo Amortizado	27.569.888	26.573.509	60.119.961	20.087.993	134.351.351	133.265.245
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.958.853	-	-	-	14.958.853	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.310.042	1.079.643	678.785	-	4.068.470	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	44.709	9.760.665	26.634.367	10.750.266	47.190.007	45.839.402
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.256.284	14.952.437	29.746.876	9.337.727	64.293.324	65.016.852
Outros Ativos Financeiros	-	780.764	3.059.933	-	3.840.697	3.081.055
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	7.609	-	-	-	7.609	1.099.686
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	999.446
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	-	-	-	7.609	100.240
Passivos Financeiros	49.844.690	18.466.697	60.364.208	16.702.296	145.377.891	143.602.776
Ao Custo Amortizado	49.843.740	18.466.697	60.364.208	16.702.296	145.376.941	141.912.344
Depósitos	24.126.082	9.320.701	52.361.759	13.522.935	99.331.477	97.439.138
Captações no Mercado Aberto	24.027.402	2.400	-	-	24.029.802	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	754.912	3.025.825	4.909.715	-	8.690.452	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	714.891	1.437.561	501.586	7.129	2.661.167	2.803.298
Obrigações por Repasses	220.453	857.072	2.589.110	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	3.823.138	2.038	-	3.825.176	3.783.055
Ao Valor Justo por meio do Resultado	950	-	-	-	950	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	-	-	-	950	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(22.202.376)	8.106.812	21.479.253	4.315.967	11.699.656	12.700.136

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros	27.859.433	29.412.458	81.850.162	21.040.644	160.162.697	159.738.822
Ao Custo Amortizado	27.584.310	29.060.816	60.126.662	20.087.993	136.859.781	136.141.754
Depósitos Compulsórios no Banco Central	14.958.853	-	-	-	14.958.853	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.310.042	1.079.643	678.785	-	4.068.470	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	44.709	9.770.016	26.634.367	10.750.266	47.199.358	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.270.706	14.952.437	29.748.186	9.337.727	64.309.056	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	-	3.258.720	3.065.324	-	6.324.044	5.936.592
Ao Valor Justo por Meio de Outros						
Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	210.306	351.642	-	22.381	584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	202.697	351.642	-	22.381	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	-	-	-	7.609	100.240
Passivos Financeiros	49.807.104	18.294.613	59.674.653	16.702.295	144.478.665	143.116.413
Ao Custo Amortizado	49.806.154	18.294.613	59.674.653	16.702.295	144.477.715	141.425.981
Depósitos	24.407.218	7.694.763	52.361.759	13.522.935	97.986.675	96.261.427
Captações no Mercado Aberto	23.891.655	2.400	-	-	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	571.610	2.906.472	4.218.278	-	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	715.218	1.438.591	503.468	7.128	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses	220.453	857.072	2.589.110	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	5.395.315	2.038	-	5.397.353	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado	950	-	-	-	950	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	-	-	-	950	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(21.947.671)	11.117.845	22.175.509	4.338.349	15.684.032	16.622.409

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Individual	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	53.044.886	18.868.635	61.826.896	17.023.363	150.763.780	150.077.785
Ao Custo Amortizado	53.044.886	18.868.635	61.826.896	17.023.363	150.763.780	148.382.887
Depósitos	27.252.454	9.478.879	53.194.872	13.738.094	103.664.299	103.015.078
Captações no Mercado Aberto	24.042.295	2.401	-	-	24.044.696	22.972.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	788.250	3.159.453	5.126.540	-	9.074.243	9.047.356
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	715.032	1.444.562	555.162	15.764	2.730.520	2.878.678
Obrigações por Repasses	246.855	960.047	2.947.901	761.958	4.916.761	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	3.823.293	2.421	-	3.825.714	3.783.646
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	27.760.045	27.506.127	94.353.243	29.579.015	179.198.430	179.159.493
Disponibilidades	1.285.041	-	-	-	1.285.041	1.298.123
Ativos Financeiros	26.475.004	27.506.127	94.353.243	29.579.015	177.913.389	177.861.370
Ao Custo Amortizado	26.410.187	27.506.127	72.629.743	28.648.745	155.194.802	154.923.943
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	999.446

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	52.999.572	18.684.030	61.149.427	17.028.111	149.861.140	149.585.389
Ao Custo Amortizado	52.999.572	18.684.030	61.149.427	17.028.111	149.861.140	147.890.491
Depósitos	27.530.707	7.828.971	53.213.258	13.742.843	102.315.779	101.831.070
Captações no Mercado Aberto	23.906.474	2.401	-	-	23.908.875	22.832.490
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	600.114	3.051.408	4.428.629	-	8.080.151	8.074.815
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	715.422	1.445.733	557.218	15.763	2.734.136	2.882.675
Obrigações por Repasses	246.855	960.047	2.947.901	761.958	4.916.761	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	5.395.470	2.421	-	5.397.891	5.583.319
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	27.962.744	30.345.076	94.358.634	29.601.396	182.267.850	182.583.475
Disponibilidades	1.285.043	-	-	-	1.285.043	1.298.124
Ativos Financeiros	26.677.701	30.345.076	94.358.634	29.601.396	180.982.807	181.285.351
Ao Custo Amortizado	26.410.187	29.993.434	72.635.134	28.648.745	157.687.500	157.788.523
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	202.697	351.642	-	22.381	576.720	1.558.847

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501), conforme descrito na Nota 34a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Total em				Individual		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/03/2026	Nível 1	Nível 2	31/12/2025
Ativos Financeiros	22.661.379	62.417	2.400	22.726.196	22.876.735	160.932	23.037.667
Ao Valor Justo por Meio de ORA	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	22.653.770	-	-	22.653.770	21.876.161	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	40.448	-	40.448	-	39.851	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	7.609	-	-	7.609	1.000.574	99.112	1.099.686
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	999.446	-	999.446
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-	999.446
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	-	-	7.609	1.128	99.112	100.240
Passivo Financeiros	950	-	-	950	1.027	1.689.405	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	950	-	-	950	1.027	1.689.405	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	-	-	950	1.027	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405	1.689.405

	Total em				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/03/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2025
Ativos Financeiros	23.210.985	88.526	3.404	23.302.915	23.434.760	160.932	1.376	23.597.068
Ao Valor Justo por Meio de ORA	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	22.653.770	-	-	22.653.770	21.876.161	-	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	40.448	-	40.448	-	39.851	-	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	557.215	26.109	1.004	584.328	1.558.599	99.112	1.376	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	549.607	26.109	1.004	576.720	1.557.471	-	1.376	1.558.847
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	374.023	-	-	374.023	361.623	-	-	361.623
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-	-	999.446
Cotas de Fundo de Investimento	175.584	26.109	1.004	202.697	196.402	-	1.376	197.778
Instrumentos Financeiros								
Derivativos	7.609	-	-	7.609	1.128	99.112	-	100.240
Passivo Financeiros	950	-	-	950	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	950	-	-	950	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros								
Derivativos	950	-	-	950	1.027	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405	-	1.689.405

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	31/03/2026		Individual	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	134.761.513	131.682.819	133.822.828	130.901.589
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.369.033	15.369.033	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	3.992.826	4.024.499	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	47.189.989	47.299.637	45.839.386	45.918.828
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.293.324	61.180.626	65.016.852	61.986.117
Outros Ativos Financeiros	3.840.697	3.840.697	3.081.055	3.081.055
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	148.465.274	148.423.209	146.215.128	146.225.118
Depósitos	102.419.810	102.311.286	101.741.922	101.695.729
Captações no Mercado Aberto	24.029.802	24.029.804	22.959.070	22.959.059
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	8.690.452	8.692.974	8.711.917	8.704.306
Letras Financeiras Subordinadas	2.507.547	2.571.482	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.661.167	2.661.167	2.803.298	2.803.298
Obrigações por Repasses	4.331.320	4.331.320	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	3.825.176	3.825.176	3.783.055	3.783.055

	31/03/2026		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	137.269.943	134.191.250	136.699.337	133.778.096
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.369.033	15.369.033	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	3.992.826	4.024.499	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	47.199.340	47.308.989	45.848.429	45.927.869
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.309.056	61.196.358	65.028.781	61.998.046
Outros Ativos Financeiros	6.324.044	6.324.044	5.936.592	5.936.592
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	147.562.330	147.520.265	145.722.468	145.732.458
Depósitos	101.071.290	100.962.766	100.557.914	100.511.721
Captações no Mercado Aberto	23.894.055	23.894.057	22.819.656	22.819.645
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	7.696.360	7.698.882	7.739.376	7.731.765
Letras Financeiras Subordinadas	2.507.547	2.571.482	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.664.405	2.664.405	2.806.928	2.806.928
Obrigações por Repasses	4.331.320	4.331.320	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	5.397.353	5.397.353	5.582.728	5.582.728

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados, utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somadas à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e
- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 6,22%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir:

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na

Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	12.946.274	14.405.845
Nível 1	10.438.727	10.303.400
Capital Principal (CP)	10.438.727	10.303.400
Capital Social	8.301.859	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	3.015.219	3.015.055
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(8.229.079)	(138.414)
Contas de Resultado Credoras	8.238.830	-
Ajustes Prudenciais	(967.435)	(994.100)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	79.333	119.000
Nível 2	2.507.547	4.102.445
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.507.547	4.102.445
RWA	74.116.583	73.706.989
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.821.785	60.974.294
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.051.819	1.078.089
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	233.312	1.240.814
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	356	1.015
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	232.956	1.233.060
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	-	6.739
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	12.009.667	10.413.792
Carteira Banking (IRRBB)	361.151	348.158
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.802.883	4.884.300
Índices de Capital		
Índice de Basileia	17,47%	19,54%
Índice de Nível 1	14,08%	13,98%
Índice de Capital Principal	14,08%	13,98%
Índice de Imobilização	11,83%	10,20%
Razão de Alavancagem	6,22%	6,08%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$12.946.274, apresentando uma redução de R\$1.459.571 frente a dezembro de 2025.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$361.151.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,50% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 17,47% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 14,08% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.285.041	1.298.123	1.285.043	1.298.124
Disponibilidades em Moeda Nacional	911.125	984.007	911.127	984.008
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	373.916	314.116	373.916	314.116
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.299.999	1.900.000	2.299.999	1.900.000
Aplicações no Mercado Aberto	2.299.999	1.900.000	2.299.999	1.900.000
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	180.915	177.138
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	180.915	177.138
Total	3.585.040	3.198.123	3.765.957	3.375.262

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	Individual e Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	410.180	557.631
Depósitos de Poupança	Poupança	2.145.654	2.187.382
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	12.461.856	12.322.718
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	351.343	462.737
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	-	569
Outros Depósitos	Taxa Selic	-	329.999
Total		15.369.033	15.861.036

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Individual e Consolidado	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.042	1.079.644	678.785	1.768.471	2.124.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.042	1.079.644	678.785	1.768.471	2.124.499
Total em 31/03/2026	2.310.041	1.079.644	678.785	4.068.470	
Total em 31/12/2025	2.517.526	882.955	624.018		4.024.499

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual
									31/03/2026
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	9.727.957	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.366.646	-	46.366.646	46.470.963
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	9.705.720	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.344.409	-	46.344.409	46.449.044
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	22.237	-	-	-	22.237	-	22.237	21.919
Letras Financeiras (LF)	44.709	32.708	304.803	23.029	-	405.249	(13)	405.236	409.703
Debêntures	-	-	69.796	132.811	214.387	416.994	(5)	416.989	417.952
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.118	1.118	-	1.118	1.019
Total	44.709	9.760.665	10.005.273	16.629.094	10.750.266	47.190.007	(18)	47.189.989	47.299.637

									Individual
									31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.022.350	15.385.622	7.549.881	44.944.195	-	44.944.195	45.026.759
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	13.993.619	15.385.622	7.549.881	44.915.464	-	44.915.464	45.000.018
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.383.658	15.535.769	7.757.876	45.839.402	(16)	45.839.386	45.918.828

									Consolidado
									31/03/2026
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	9.737.308	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.375.997	-	46.375.997	46.480.315
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	9.715.071	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.353.760	-	46.353.760	46.458.396
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	22.237	-	-	-	22.237	-	22.237	21.919
Letras Financeiras (LF)	44.709	32.708	304.803	23.029	-	405.249	(13)	405.236	409.703
Debêntures	-	-	69.796	132.811	214.387	416.994	(5)	416.989	417.952
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.118	1.118	-	1.118	1.019
Total	44.709	9.770.016	10.005.273	16.629.094	10.750.266	47.199.358	(18)	47.199.340	47.308.989

	Consolidado								
	31/12/2025								
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.392.701	15.535.769	7.757.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.927.869

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Individual				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2026	31/12/2025
Pessoa Física	43.949.885	680.761	3.189.158	47.819.804	48.479.146
Cartão de Crédito	2.329.472	57.456	369.096	2.756.024	2.850.369
Crédito Consignado	17.457.695	175.498	1.201.071	18.834.264	19.459.845
Crédito Pessoal	2.654.183	105.175	425.463	3.184.821	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.495.196	74.180	60.069	5.629.445	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.287.167	97.475	488.090	13.872.732	14.022.604
Outros	2.726.172	170.977	645.369	3.542.518	3.383.468
Pessoa Jurídica	15.052.653	202.627	1.218.240	16.473.520	16.537.706
Operações de Câmbio	2.719.791	1.369	93.878	2.815.038	2.854.208
Capital de Giro	4.885.596	39.751	270.017	5.195.364	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.519.566	48.036	189.121	2.756.723	2.570.841
Crédito Imobiliário	725.010	-	810	725.820	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.827.434	31.271	298.394	3.157.099	3.335.456
Outros	1.375.256	82.200	366.020	1.823.476	1.786.551
Total	59.002.538	883.388	4.407.398	64.293.324	65.016.852
(Provisão)	(836.039)	(202.376)	(3.027.758)	(4.066.173)	(3.813.989)
Total Líquido da Provisão 31/03/2026	58.166.499	681.012	1.379.640	60.227.151	
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.504.719	497.434	1.200.710		61.202.863

	Consolidado				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2026	31/12/2025
Pessoa Física	43.949.927	680.761	3.189.158	47.819.846	48.479.189
Cartão de Crédito	2.329.472	57.456	369.096	2.756.024	2.850.369
Crédito Consignado	17.457.695	175.498	1.201.071	18.834.264	19.459.845
Crédito Pessoal	2.654.183	105.175	425.463	3.184.821	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.495.196	74.180	60.069	5.629.445	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.287.167	97.475	488.090	13.872.732	14.022.604
Outros	2.726.214	170.977	645.369	3.542.560	3.383.511
Pessoa Jurídica	15.065.565	202.690	1.220.955	16.489.210	16.549.592
Operações de Câmbio	2.719.791	1.369	93.878	2.815.038	2.854.208
Capital de Giro	4.885.596	39.751	270.017	5.195.364	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.519.566	48.036	189.121	2.756.723	2.570.841
Crédito Imobiliário	725.010	-	810	725.820	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.827.434	31.271	298.394	3.157.099	3.335.456
Outros	1.388.168	82.263	368.735	1.839.166	1.798.437
Total	59.015.492	883.451	4.410.113	64.309.056	65.028.781
(Provisão)	(836.085)	(202.378)	(3.027.875)	(4.066.338)	(3.814.159)
Total Líquido da Provisão 31/03/2026	58.179.407	681.073	1.382.238	60.242.718	
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.514.104	499.120	1.201.398		61.214.622

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	2.023.893	1.816.937	2.025.202	1.818.290
A vencer até 3 meses	10.258.821	8.913.618	10.273.244	8.924.194
A vencer de 3 a 12 meses	14.951.734	16.681.095	14.951.734	16.681.095
A vencer de 1 a 5 anos	27.721.588	28.118.268	27.721.588	28.118.268
A vencer acima de 5 anos	9.337.288	9.486.934	9.337.288	9.486.934
Total	64.293.324	65.016.852	64.309.056	65.028.781

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

Concentração dos Maiores Tomadores ⁽¹⁾	31/03/2026		31/12/2025	
	Total	% da Carteira	Total	% da Carteira
Maior Devedor	297.645	0,46	305.941	0,47
10 Maiores Devedores	2.212.893	3,44	2.215.243	3,41
20 Maiores Devedores	3.297.704	5,13	3.373.835	5,19
50 Maiores Devedores	5.406.524	8,41	5.469.778	8,41
100 Maiores Devedores	7.248.861	11,27	7.358.885	11,32

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1								Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	654.931	(16.793)	(17.383)	25.476	41.619	-	(86.796)	601.054
Cartão de Crédito	127.475	(616)	(3.506)	547	2.484	-	(11.639)	114.745
Crédito Consignado	104.873	(1.129)	(1.361)	3.419	5.394	-	(12.480)	98.716
Crédito Pessoal	35.792	(2.434)	(1.749)	6.255	1.910	-	(2.509)	37.265
Crédito Imobiliário	29.680	(2.032)	(436)	1.194	2.516	-	(4.809)	26.113
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(2.814)	(1.960)	8.567	16.272	-	(42.603)	184.026
Outros	150.547	(7.768)	(8.371)	5.494	13.043	-	(12.756)	140.189
Pessoa Jurídica	246.588	(13.527)	(16.265)	2.344	10.487	-	5.358	234.985
Operações de Câmbio	12.179	-	(193)	179	304	-	(130)	12.339
Capital de Giro	37.183	(2.407)	(1.652)	255	1.605	-	(1.003)	33.981
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(3.502)	(5.750)	390	486	-	7.416	91.391
Crédito Imobiliário	10.047	-	(72)	348	-	-	151	10.474
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(2.580)	(4.667)	766	3.751	-	1.473	51.251
Outros	42.320	(5.038)	(3.931)	406	4.341	-	(2.549)	35.549
Total	901.519	(30.320)	(33.648)	27.820	52.106	-	(81.438)	836.039

Estágio 2								Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	107.574	(25.476)	(45.675)	16.793	3.500	-	95.661	152.377
Cartão de Crédito	8.646	(547)	(5.104)	616	1.164	-	7.408	12.183
Crédito Consignado	22.343	(3.419)	(6.616)	1.129	110	-	9.364	22.911
Crédito Pessoal	18.304	(6.255)	(6.965)	2.434	189	-	15.123	22.830
Crédito Imobiliário	3.593	(1.194)	(1.447)	2.032	184	-	26.891	30.059
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(8.567)	(5.684)	2.814	776	-	5.729	14.117
Outros	35.639	(5.494)	(19.859)	7.768	1.077	-	31.146	50.277
Pessoa Jurídica	30.017	(2.344)	(23.300)	13.527	919	-	31.180	49.999
Operações de Câmbio	241	(179)	(58)	-	89	-	(79)	14
Capital de Giro	5.234	(255)	(4.511)	2.407	116	-	7.347	10.338
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(390)	(3.674)	3.502	15	-	4.334	9.293
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(766)	(5.347)	2.580	157	-	3.505	6.933
Outros	11.884	(406)	(9.710)	5.038	542	-	16.073	23.421
Total	137.591	(27.820)	(68.975)	30.320	4.419	-	126.841	202.376

Estágio 3							Individual	
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	2.025.537	(41.619)	(3.500)	17.383	45.675	(180.914)	388.900	2.251.462
Cartão de Crédito	258.326	(2.484)	(1.164)	3.506	5.104	(42.544)	66.847	287.591
Crédito Consignado	757.167	(5.394)	(110)	1.361	6.616	(62.466)	139.498	836.672
Crédito Pessoal	255.829	(1.910)	(189)	1.749	6.965	(36.247)	71.155	297.352
Crédito Imobiliário	27.808	(2.516)	(184)	436	1.447	(1.310)	8.556	34.237
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	293.691	(16.272)	(776)	1.960	5.684	(24.881)	41.936	301.342
Outros	432.716	(13.043)	(1.077)	8.371	19.859	(13.466)	60.908	494.268
Pessoa Jurídica	749.342	(10.487)	(919)	16.265	23.300	(165.060)	163.855	776.296
Operações de Câmbio	6.856	(304)	(89)	193	58	-	1.472	8.186
Capital de Giro	149.854	(1.605)	(116)	1.652	4.511	(55.059)	58.386	157.623
Conta Empresarial/Garantida	120.110	(486)	(15)	5.750	3.674	(19.538)	22.211	131.706
Crédito Imobiliário	-	-	-	72	-	-	388	460
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	247.617	(3.751)	(157)	4.667	5.347	(61.663)	42.022	234.082
Outros	224.905	(4.341)	(542)	3.931	9.710	(28.800)	39.376	244.239
Total	2.774.879	(52.106)	(4.419)	33.648	68.975	(345.974)	552.755	3.027.758

Consolidado dos Três Estágios				Individual	
	Saldo Inicial 31/12/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2026	
Pessoa Física	2.788.042	(180.914)	397.765	3.004.893	
Cartão de Crédito	394.447	(42.544)	62.616	414.519	
Crédito Consignado	884.383	(62.466)	136.382	958.299	
Crédito Pessoal	309.925	(36.247)	83.769	357.447	
Crédito Imobiliário	61.081	(1.310)	30.638	90.409	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	519.304	(24.881)	5.062	499.485	
Outros	618.902	(13.466)	79.298	684.734	
Pessoa Jurídica	1.025.947	(165.060)	200.393	1.061.280	
Operações de Câmbio	19.276	-	1.263	20.539	
Capital de Giro	192.271	(55.059)	64.730	201.942	
Conta Empresarial/Garantida	217.967	(19.538)	33.961	232.390	
Crédito Imobiliário	10.395	-	539	10.934	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	306.929	(61.663)	47.000	292.266	
Outros	279.109	(28.800)	52.900	303.209	
Total	3.813.989	(345.974)	598.158	4.066.173	

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$537.070 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$61.088.

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	708.288	(2.905)	(3.695)	94.664	240.696	-	(287.218)	749.830
Cartão de Crédito	108.240	-	(605)	1.378	54.089	-	(55.891)	107.211
Crédito Consignado	104.150	(36)	(99)	11.446	79.049	-	(86.338)	108.172
Crédito Pessoal	25.078	(139)	(204)	13.537	35.479	-	(46.357)	27.394
Crédito Imobiliário	23.940	(343)	(576)	40.587	7.523	-	(47.229)	23.902
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.869)	(574)	11.399	18.399	-	(546)	355.247
Outros	118.442	(518)	(1.637)	16.317	46.157	-	(50.857)	127.904
Pessoa Jurídica	274.240	(1.677)	(3.006)	27.987	74.214	-	(82.587)	289.171
Operações de Câmbio	8.747	-	-	-	4.741	-	(5.353)	8.135
Capital de Giro	24.914	(85)	(194)	5.814	9.100	-	(15.223)	24.326
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(53)	(681)	4.883	16.661	-	3.844	155.066
Crédito Imobiliário	8.316	-	-	-	-	-	307	8.623
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.396)	(852)	12.973	34.047	-	(53.637)	60.695
Outros	32.291	(143)	(1.279)	4.317	9.665	-	(12.525)	32.326
Total	982.528	(4.582)	(6.701)	122.651	314.910	-	(369.805)	1.039.001

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	75.036	(94.664)	(5.987)	2.905	123.984	-	26.022	127.296
Cartão de Crédito	2	(1.378)	(59)	-	3	-	9.917	8.485
Crédito Consignado	4.952	(11.446)	(256)	36	12.105	-	8.749	14.140
Crédito Pessoal	6.531	(13.537)	(262)	139	19.560	-	2.141	14.572
Crédito Imobiliário	19.132	(40.587)	(4.265)	343	9.089	-	68.641	52.353
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(11.399)	-	1.869	52.581	-	(55.853)	16.101
Outros	15.516	(16.317)	(1.145)	518	30.646	-	(7.573)	21.645
Pessoa Jurídica	15.914	(27.987)	(1.407)	1.677	29.238	-	15.910	33.345
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	12	12
Capital de Giro	2.635	(5.814)	(213)	85	5.602	-	3.952	6.247
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(4.883)	(66)	53	3.565	-	5.944	5.943
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(12.973)	(815)	1.396	13.253	-	5.933	14.332
Outros	4.411	(4.317)	(313)	143	6.818	-	69	6.811
Total	90.950	(122.651)	(7.394)	4.582	153.222	-	41.932	160.641

Estágio 3							Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.055.927	(240.696)	(123.984)	3.695	5.987	-	680.660	1.381.589
Cartão de Crédito	104.887	(54.089)	(3)	605	59	-	102.011	153.470
Crédito Consignado	423.964	(79.049)	(12.105)	99	256	-	193.330	526.495
Crédito Pessoal	147.414	(35.479)	(19.560)	204	262	-	109.396	202.237
Crédito Imobiliário	36.583	(7.523)	(9.089)	576	4.265	-	5.903	30.715
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(18.399)	(52.581)	574	-	-	145.134	206.790
Outros	211.017	(46.157)	(30.646)	1.637	1.145	-	124.886	261.882
Pessoa Jurídica	587.148	(74.214)	(29.238)	3.006	1.407	-	116.147	604.256
Operações de Câmbio	5.356	(4.741)	-	-	-	-	9.666	10.281
Capital de Giro	114.252	(9.100)	(5.602)	194	213	-	19.524	119.481
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(16.661)	(3.565)	681	66	-	35.653	65.767
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(25)	145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(34.047)	(13.253)	852	815	-	76.718	269.569
Outros	179.293	(9.665)	(6.818)	1.279	313	-	(25.389)	139.013
Total	1.643.075	(314.910)	(153.222)	6.701	7.394	-	796.807	1.985.845

Consolidado dos Três Estágios				Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2025	
Pessoa Física	1.839.251	-	419.464	2.258.715	
Cartão de Crédito	213.129	-	56.037	269.166	
Crédito Consignado	533.066	-	115.741	648.807	
Crédito Pessoal	179.023	-	65.180	244.203	
Crédito Imobiliário	79.655	-	27.315	106.970	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	-	88.735	578.138	
Outros	344.975	-	66.456	411.431	
Pessoa Jurídica	877.302	-	49.470	926.772	
Operações de Câmbio	14.103	-	4.325	18.428	
Capital de Giro	141.801	-	8.253	150.054	
Conta Empresarial/Garantida	181.335	-	45.441	226.776	
Crédito Imobiliário	8.486	-	282	8.768	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	-	29.014	344.596	
Outros	215.995	-	(37.845)	178.150	
Total	2.716.553	-	468.934	3.185.487	

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$420.378 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$48.556.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	654.932	(16.793)	(17.383)	25.476	41.619	-	(86.797)	601.054
Cartão de Crédito	127.475	(616)	(3.506)	547	2.484	-	(11.639)	114.745
Crédito Consignado	104.873	(1.129)	(1.361)	3.419	5.394	-	(12.480)	98.716
Crédito Pessoal	35.792	(2.434)	(1.749)	6.255	1.910	-	(2.509)	37.265
Crédito Imobiliário	29.680	(2.032)	(436)	1.194	2.516	-	(4.809)	26.113
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(2.814)	(1.960)	8.567	16.272	-	(42.603)	184.026
Outros	150.548	(7.768)	(8.371)	5.494	13.043	-	(12.757)	140.189
Pessoa Jurídica	246.626	(13.528)	(16.265)	2.344	10.490	-	5.364	235.031
Operações de Câmbio	12.179	-	(193)	179	304	-	(130)	12.339
Capital de Giro	37.183	(2.407)	(1.652)	255	1.605	-	(1.003)	33.981
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(3.502)	(5.750)	390	486	-	7.416	91.391
Crédito Imobiliário	10.047	-	(72)	348	-	-	151	10.474
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(2.580)	(4.667)	766	3.751	-	1.473	51.251
Outros	42.358	(3.939)	(3.931)	406	4.344	-	(2.543)	35.595
Total	901.558	(30.321)	(33.648)	27.820	52.109	-	(81.433)	836.085

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	107.574	(25.476)	(45.675)	16.793	3.500	-	95.661	152.377
Cartão de Crédito	8.646	(547)	(5.104)	616	1.164	-	7.408	12.183
Crédito Consignado	22.343	(3.419)	(6.616)	1.129	110	-	9.364	22.911
Crédito Pessoal	18.304	(6.255)	(6.965)	2.434	189	-	15.123	22.830
Crédito Imobiliário	3.593	(1.194)	(1.447)	2.032	184	-	26.891	30.059
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(8.567)	(5.684)	2.814	776	-	5.729	14.117
Outros	35.639	(5.494)	(19.859)	7.768	1.077	-	31.146	50.277
Pessoa Jurídica	30.019	(2.344)	(23.301)	13.528	919	-	31.180	50.001
Operações de Câmbio	241	(179)	(58)	-	89	-	(79)	14
Capital de Giro	5.234	(255)	(4.511)	2.407	116	-	7.347	10.338
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(390)	(3.674)	3.502	15	-	4.334	9.293
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(766)	(5.347)	2.580	157	-	3.505	6.933
Outros	11.886	(406)	(9.711)	5.039	542	-	16.073	23.423
Total	137.593	(27.820)	(68.976)	30.321	4.419	-	126.841	202.378

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	2.025.537	(41.619)	(3.500)	17.383	45.675	(180.914)	388.900	2.251.462
Cartão de Crédito	258.326	(2.484)	(1.164)	3.506	5.104	(42.544)	66.847	287.591
Crédito Consignado	757.167	(5.394)	(110)	1.361	6.616	(62.466)	139.498	836.672
Crédito Pessoal	255.829	(1.910)	(189)	1.749	6.965	(36.247)	71.155	297.352
Crédito Imobiliário	27.808	(2.516)	(184)	436	1.447	(1.310)	8.556	34.237
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	293.691	(16.272)	(776)	1.960	5.684	(24.881)	41.936	301.342
Outros	432.716	(13.043)	(1.077)	8.371	19.859	(13.466)	60.908	494.268
Pessoa Jurídica	749.471	(10.490)	(919)	16.265	23.301	(165.110)	163.895	776.413
Operações de Câmbio	6.856	(304)	(89)	193	58	-	1.472	8.186
Capital de Giro	149.854	(1.605)	(116)	1.652	4.511	(55.059)	58.386	157.623
Conta Empresarial/Garantida	120.110	(486)	(15)	5.750	3.674	(19.538)	22.211	131.706
Crédito Imobiliário	-	-	-	72	-	-	388	460
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	247.617	(3.751)	(157)	4.667	5.347	(61.663)	42.022	234.082
Outros	225.034	(4.344)	(542)	3.931	9.711	(28.850)	39.416	244.356
Total	2.775.008	(52.109)	(4.419)	33.648	68.976	(346.024)	552.795	3.027.875

Consolidado dos Três Estágios					Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾		Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	2.788.043	(180.914)	397.764		3.004.893
Cartão de Crédito	394.447	(42.544)	62.616		414.519
Crédito Consignado	884.383	(62.466)	136.382		958.299
Crédito Pessoal	309.925	(36.247)	83.769		357.447
Crédito Imobiliário	61.081	(1.310)	30.638		90.409
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	519.304	(24.881)	5.062		499.485
Outros	618.903	(13.466)	79.297		684.734
Pessoa Jurídica	1.026.116	(165.110)	200.439		1.061.445
Operações de Câmbio	19.276	-	1.263		20.539
Capital de Giro	192.271	(55.059)	64.730		201.942
Conta Empresarial/Garantida	217.967	(19.538)	33.961		232.390
Crédito Imobiliário	10.395	-	539		10.934
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	306.929	(61.663)	47.000		292.266
Outros	279.278	(28.850)	52.946		303.374
Total	3.814.159	(346.024)	598.203		4.066.338

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$537.115 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$61.088.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	708.288	(2.905)	(3.695)	94.664	240.696	-	(287.218)	749.830
Cartão de Crédito	108.240	-	(605)	1.378	54.089	-	(55.891)	107.211
Crédito Consignado	104.150	(36)	(99)	11.446	79.049	-	(86.338)	108.172
Crédito Pessoal	25.078	(139)	(204)	13.537	35.479	-	(46.357)	27.394
Crédito Imobiliário	23.940	(343)	(576)	40.587	7.523	-	(47.229)	23.902
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.869)	(574)	11.399	18.399	-	(546)	355.247
Outros	118.442	(518)	(1.637)	16.317	46.157	-	(50.857)	127.904
Pessoa Jurídica	274.280	(1.677)	(3.006)	27.987	74.214	-	(82.578)	289.220
Operações de Câmbio	8.747	-	-	-	4.741	-	(5.353)	8.135
Capital de Giro	24.914	(85)	(194)	5.814	9.100	-	(15.223)	24.326
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(53)	(681)	4.883	16.661	-	3.844	155.066
Crédito Imobiliário	8.316	-	-	-	-	-	307	8.623
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.396)	(852)	12.973	34.047	-	(53.637)	60.695
Outros	32.331	(143)	(1.279)	4.317	9.665	-	(12.516)	32.375
Total	982.568	(4.582)	(6.701)	122.651	314.910	-	(369.796)	1.039.050

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	75.036	(94.664)	(5.987)	2.905	123.984	-	26.022	127.296
Cartão de Crédito	2	(1.378)	(59)	-	3	-	9.917	8.485
Crédito Consignado	4.952	(11.446)	(256)	36	12.105	-	8.749	14.140
Crédito Pessoal	6.531	(13.537)	(262)	139	19.560	-	2.141	14.572
Crédito Imobiliário	19.132	(40.587)	(4.265)	343	9.089	-	68.641	52.353
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(11.399)	-	1.869	52.581	-	(55.853)	16.101
Outros	15.516	(16.317)	(1.145)	518	30.646	-	(7.573)	21.645
Pessoa Jurídica	15.917	(27.987)	(1.407)	1.677	29.238	-	15.910	33.348
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	12	12
Capital de Giro	2.635	(5.814)	(213)	85	5.602	-	3.952	6.247
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(4.883)	(66)	53	3.565	-	5.944	5.943
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(12.973)	(815)	1.396	13.253	-	5.933	14.332
Outros	4.414	(4.317)	(313)	143	6.818	-	69	6.814
Total	90.953	(122.651)	(7.394)	4.582	153.222	-	41.932	160.644

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.055.927	(240.696)	(123.984)	3.695	5.987	-	680.660	1.381.589
Cartão de Crédito	104.887	(54.089)	(3)	605	59	-	102.011	153.470
Crédito Consignado	423.964	(79.049)	(12.105)	99	256	-	193.330	526.495
Crédito Pessoal	147.414	(35.479)	(19.560)	204	262	-	109.396	202.237
Crédito Imobiliário	36.583	(7.523)	(9.089)	576	4.265	-	5.903	30.715
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(18.399)	(52.581)	574	-	-	145.134	206.790
Outros	211.017	(46.157)	(30.646)	1.637	1.145	-	124.886	261.882
Pessoa Jurídica	587.432	(74.214)	(29.238)	3.006	1.407	-	116.099	604.492
Operações de Câmbio	5.356	(4.741)	-	-	-	-	9.666	10.281
Capital de Giro	114.252	(9.100)	(5.602)	194	213	-	19.524	119.481
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(16.661)	(3.565)	681	66	-	35.653	65.767
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(25)	145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(34.047)	(13.253)	852	815	-	76.718	269.569
Outros	179.577	(9.665)	(6.818)	1.279	313	-	(25.437)	139.249
Total	1.643.359	(314.910)	(153.222)	6.701	7.394	-	796.759	1.986.081

				Consolidado
Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.839.251	-	419.464	2.258.715
Cartão de Crédito	213.129	-	56.037	269.166
Crédito Consignado	533.066	-	115.741	648.807
Crédito Pessoal	179.023	-	65.180	244.203
Crédito Imobiliário	79.655	-	27.315	106.970
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	-	88.735	578.138
Outros	344.975	-	66.456	411.431
Pessoa Jurídica	877.629	-	49.431	927.060
Operações de Câmbio	14.103	-	4.325	18.428
Capital de Giro	141.801	-	8.253	150.054
Conta Empresarial/Garantida	181.335	-	45.441	226.776
Crédito Imobiliário	8.486	-	282	8.768
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	-	29.014	344.596
Outros	216.322	-	(37.884)	178.438
Total	2.716.880	-	468.895	3.185.775

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$420.339 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$48.556.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$477.053 (01/01 a 31/03/2025 – R\$115.872) refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Individual e Consolidado			
Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	1.612	(840)	1.513
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	3.277	(1.687)	2.328
Total em 31/03/2026	4.889	(2.527)	3.841
Total em 31/12/2025	6.739	(3.513)	5.285

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

Individual e Consolidado				
31/03/2026				
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	334.171	35
	Pronamp	Depósito à Vista	477.387	50
	Demais	Depósito à Vista	143.216	15
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	465.637	70
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.652.124	60

Individual e Consolidado				
31/12/2025				
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	334.171	35
	Pronamp	Depósito à Vista	477.387	50
	Demais	Depósito à Vista	143.216	15
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	465.637	70
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.326.851	60

No que se refere a eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

Individual						
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	68.540	933.890	1.002.430	13.183	920.361	933.544
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	as-	933.890	933.890	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	60.765	-	60.765	4.799	-	4.799
Outros	7.775	-	7.775	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	279.201	-	279.201	267.373	-	267.373
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito ⁽³⁾	107.119	428.477	535.596	-	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.411.498	1.411.498	-	1.285.113	1.285.113
Pagamentos a Ressarcir	67.675	-	67.675	41.344	-	41.344
Títulos e Créditos a Receber ⁽⁴⁾	187.170	286.068	473.238	212.452	281.026	493.478
Outros	71.059	-	71.059	60.203	-	60.203
Total	780.764	3.059.933	3.840.697	594.555	2.486.500	3.081.055

	Consolidado					
	Até 12	Acima de		Até 12	Acima de	
	Meses	12	31/03/2026	Meses	12	31/12/2025
		Meses			Meses	
Relações Interfinanceiras	2.724.137	933.890	3.658.027	3.007.178	920.361	3.927.539
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	933.890	933.890	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	2.716.362	-	2.716.362	2.998.794	-	2.998.794
Outros	7.775	-	7.775	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	131.430	-	131.430	127.821	-	127.821
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito ⁽³⁾	107.119	428.477	535.596	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	7.108	-	7.108	3.873	-	3.873
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.416.889	1.416.889	-	1.290.435	1.290.435
Pagamentos a Ressarcir	20.199	-	20.199	22.432	-	22.432
Títulos e Créditos a Receber ⁽⁴⁾	197.663	286.068	483.731	223.259	281.026	504.285
Outros	71.064	-	71.064	60.207	-	60.207
Total	3.258.720	3.065.324	6.324.044	3.444.770	2.491.822	5.936.592

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$19.185 (31/12/2025 – R\$24.588) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$912.166 (31/12/2025 – R\$893.268) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.539 (31/12/2025 – R\$2.505) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$931.351 (31/12/2025 – R\$ 917.856). O seu valor de face é de R\$932.048 (31/12/2025 – R\$918.994). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.655.598 (31/12/2025 – R\$2.993.995) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544.674 corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando em saldo de R\$535.596 ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas.

(4) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de mudança de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$261.955 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$55.069 (31/12/2025 – R\$55.627) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$52.265 (31/12/2025 – R\$51.434); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$90.463 (31/12/2025 – R\$107.962).

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual e Consolidado					
	31/03/2026					
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	3.736.364	17.987.136	930.270	22.653.770	22.559.353
Cotas de Fundos de Investimento	40.448	-	-	-	40.448	28.709
Ações	2.400	-	-	-	2.400	2.400
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	64.817	3.736.364	17.987.136	930.270	22.718.587	22.612.431

	Individual e Consolidado					
	31/12/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	61.820	361.142	20.615.871	899.148	21.937.981	21.856.619

(1) Trata-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento do Individual, em 31/03/2026, apresentava saldo zero. Em 31/03/2025, apresentava Letras do Tesouro Nacional (LTN) com saldo com vencimento em até 3 meses de R\$999.446, valor justo de R\$999.446 e custo atualizado de R\$999.556.

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento do Consolidado é a seguinte:

						Consolidado
						31/03/2026
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	351.642	22.381	374.023	374.007
Cotas de Fundo de Investimento	202.697	-	-	-	202.697	202.697
Total	202.697	-	351.642	22.381	576.720	576.704

						Consolidado
						31/12/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	197.778	197.778
Total	197.778	999.446	340.014	21.609	1.558.847	1.559.021

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	25.633	21.271	25.861	21.669
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	180.828	180.828	181.544	181.544
Devedores Diversos	169.407	156.293	193.230	180.069
Bens Mantidos para Venda	121.373	125.474	121.940	126.040
Despesas Antecipadas	88.099	97.120	140.276	152.348
Outros	8.728	8.064	11.694	11.227
Total	594.068	589.050	674.545	672.897

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	Individual		
	31/12/2025	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.987.269	127.212	(149.696)
Provisão para Riscos Fiscais	18.923	582	(155)
Provisão para Riscos Trabalhistas	982.730	42.988	(26.717)
Provisão para Riscos Cíveis	121.068	1.114	(5.282)
Benefício Pós-Emprego	212.871	-	-
Outras Provisões Temporárias	224.244	30.329	(64.686)
Prejuízo Fiscal	135.056	74.523	-
Total dos Créditos Tributários	3.682.161	276.748	(246.536)
Créditos não Registrados	(26)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados	3.682.135	276.748	(246.536)
Obrigações Fiscais Diferidas	(153.919)	(11.265)	2.409
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.528.216	265.483	(244.127)

	Consolidado		
	31/12/2025	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.988.748	127.711	(150.146)
Provisão para Riscos Fiscais	19.021	582	(247)
Provisão para Riscos Trabalhistas	983.539	43.144	(26.751)
Provisão para Riscos Cíveis	122.694	1.188	(5.340)
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	-	-	-
Benefício Pós-Emprego	213.699	-	-
Outras Provisões Temporárias	305.824	53.113	(101.015)
Prejuízo Fiscal	135.056	74.522	-
Total dos Créditos Tributários	3.768.581	300.260	(283.499)
Créditos não Registrados	(26)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados	3.768.555	300.260	(283.499)
Obrigações Fiscais Diferidas	(170.956)	(14.487)	5.027
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.597.599	285.773	(278.472)

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual	Consolidado
				Total Registrados	Total Registrado
2026	304.686	243.749	548.435	548.435	565.423
2027	346.591	277.273	623.864	623.864	638.641
2028	339.555	271.644	611.199	611.199	623.105
2029	312.061	249.649	561.710	561.710	570.354
2030	219.730	175.784	395.514	395.514	404.810
2031 a 2033	386.271	309.016	695.287	695.287	706.480
2034 a 2036	153.521	122.817	276.338	276.338	276.503
2037	14	12	26	-	-
Total em 31/03/2026	2.062.429	1.649.944	3.712.373	3.712.347	3.785.316
Total em 31/12/2025	2.045.645	1.636.516	3.682.161	3.682.135	3.768.555

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.681.959 (31/12/2025 – R\$2.653.221) e no Consolidado R\$2.738.117 (31/12/2025 – R\$2.719.479), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Superveniência de Depreciação	2.000	2.793	2.000	2.793
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	47.770	36.613	47.791	36.615
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	427	377	843	792
Varição ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	-	1.558	-	1.558
Superávit Atuarial	112.578	112.578	112.821	112.821
Outros Débitos Temporários	-	-	16.961	16.377
Total	162.775	153.919	180.416	170.956

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participações em Controladas	4.178.621	4.041.273	-	-
Participações em Coligadas	162.068	135.428	162.068	135.428
Total	4.340.689	4.176.701	162.068	135.428

						Individual
	Patrimônio Líquido 31/03/2026	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026	Valor do Invest. 31/03/2026	Resultado Líquido 01/01/ a 31/03/2026	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/03/2026	Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados 01/01/ a 31/03/2026 ⁽¹⁾
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	86.090	100,00	86.091	2.494	2.493	1.622
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	171.432	98,98	169.691	10.407	10.301	3.092
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	583.485	99,68	581.635	22.457	46.183	16.501
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.949.394	100,00	2.949.394	122.119	122.119	54.871
Banrisul Seguridade Participações S.A.	391.810	100,00	391.810	47.278	47.278	-
Total	4.182.211		4.178.621	204.755	228.374	76.086
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	53.516	49,90	26.704	5.147	2.568	3.883
Banrisul Icatu Participações S.A.	270.781	49,99	135.364	52.375	26.183	-
Total	324.297		162.068	57.522	28.751	3.883

						Individual
	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 31/03/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/03/2025	Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados 01/01/ a 31/03/2025 ⁽¹⁾
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	85.563	100,00	85.563	3.231	3.215	-
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	164.812	98,98	163.138	7.483	7.407	-
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	556.017	99,68	554.255	22.914	22.841	-
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.893.785	100,00	2.893.785	92.655	92.655	-
Banrisul Seguridade Participações S.A.	344.532	100,00	344.532	43.934	43.934	-
Total	4.044.709		4.041.273	170.217	170.052	-
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	3.942	1.967	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	42.567	21.279	-
Total	271.010		135.428	46.509	23.246	2.474

						Consolidado
	Patrimônio Líquido	Participação do	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência	Dividendos e JSCP Pagos/
	31/03/2026	Capital Social (%)	31/03/2026	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2026	Provisionados
		31/03/2026				01/01/ a 31/03/2026 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	53.516	49,90	26.704	5.147	2.568	3.883
Banrisul Icatu Participações S.A.	270.781	49,99	135.364	52.375	26.183	-
Total	324.297		162.068	57.522	28.751	3.883

						Consolidado
	Patrimônio Líquido	Participação do	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência	Dividendos e JSCP Pagos/
	31/03/2025	Capital Social (%)	31/03/2025	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025	Provisionados
		31/03/2025				01/01/ a 31/03/2025 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	3.942	1.967	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	42.567	21.279	-
Total	271.010		135.428	46.509	23.246	2.474

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Individual					
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	
					Outros	Total
Total em 31/12/2025						
Custo	597.362	3.538	344.121	190.389	472.724	1.636.792
Depreciação Acumulada	(319.652)	-	(161.566)	(101.911)	(323.498)	(929.059)
Valor Contábil Líquido	277.710	3.538	182.555	88.478	149.226	707.733
Aquisições	23.625	1.955	10.899	3.351	290	40.120
Alienações – Baixas Custo	(25.546)	-	-	(39)	(20.922)	(46.507)
Alienações – Baixas da Depreciação	20.174	-	-	38	12.061	32.273
Depreciação	(19.395)	-	(3.130)	(1.966)	(9.668)	(34.534)
Transferências Líquido Custo	(1.001)	(503)	-	81	506	(917)
Transferências Líquido Depreciação	167	-	-	39	(86)	120
Movimentação Líquida no Período	(1.976)	1.452	7.769	1.504	(17.819)	(9.445)
Total em 31/03/2026						
Custo	594.440	4.990	355.020	193.782	452.598	1.629.488
Depreciação Acumulada	(318.706)	-	(164.696)	(103.800)	(321.191)	(931.200)
Valor Contábil Líquido	275.734	4.990	190.324	89.982	131.407	698.288

	Consolidado					
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	
					Outros	Total
Total em 31/12/2025						
Custo	622.285	75.036	361.165	201.032	705.669	1.995.256
Depreciação Acumulada	(328.703)	-	(170.536)	(107.668)	(437.898)	(1.068.412)
Valor Contábil Líquido	293.582	75.036	190.629	93.364	267.771	926.844
Aquisições	24.417	11.929	10.899	3.362	290	50.905
Alienações – Baixas Custo	(25.546)	(1.031)	-	(40)	(21.262)	(47.879)
Alienações – Baixas da Depreciação	20.174	-	-	39	12.332	32.545
Depreciação	(19.733)	-	(3.425)	(2.163)	(20.560)	(46.272)
Transferências Líquido Custo	(1.001)	(22.444)	-	81	22.447	(917)
Transferências Líquido Depreciação	167	-	-	39	(86)	120
Movimentação Líquida no Período	(1.522)	(11.546)	7.474	1.318	(6.839)	(11.498)
Total em 31/03/2026						
Custo	620.155	63.490	372.064	204.435	707.144	1.997.365
Depreciação Acumulada	(328.095)	-	(173.961)	(109.753)	(446.212)	(1.082.019)
Valor Contábil Líquido	292.060	63.490	198.103	94.682	260.932	915.346

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Até 12 Meses	92.458	93.524	93.815	94.927
De 1 a 5 Anos	137.845	140.075	139.727	142.302
Acima de 5 Anos	7.129	6.264	7.129	6.264
Total ⁽¹⁾	237.432	239.863	240.671	243.493

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$69.707 (31/12/2025 – R\$80.548) (Nota 35a).

Nota 18 – Intangível

	Individual			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	324.432	1.618.581	658	1.943.671
Amortização Acumulada	(223.581)	(1.419.750)	(658)	(1.643.989)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682
Aquisições	1.561	1.517	-	3.078
Alienações – Baixas da Amortização	9	-	-	9
Amortização do Período	(6.409)	(48.941)	-	(55.350)
Transferência Líquida de Custo	(47)	-	-	(47)
Transferência Líquida da Amortização	47	-	-	47
Movimentação Líquida no Período	(4.839)	(47.424)	-	(52.263)
Total em 31/03/2026				
Custo	325.946	1.620.098	658	1.946.702
Amortização Acumulada	(229.934)	(1.468.691)	(658)	(1.699.283)
Valor Contábil Líquido	96.012	151.407	-	247.419

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(224.709)	(1.419.751)	(875)	(1.645.335)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682
Aquisições	1.561	1.517	-	3.078
Alienações – Baixas da Amortização	9	-	-	9
Amortização do Período	(6.409)	(48.941)	-	(55.350)
Transferência Líquida de Custo	(47)	-	-	(47)
Transferência Líquida da Amortização	47	-	-	47
Movimentação Líquida no Período	(4.839)	(47.424)	-	(52.263)
Total em 31/12/2025				
Custo	327.074	1.620.099	875	1.948.048
Amortização Acumulada	(231.062)	(1.468.692)	(875)	(1.700.629)
Valor Contábil Líquido	96.012	151.407	-	247.419

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

							Individual	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos	24.826.313	2.388.102	9.320.701	27.879.962	24.481.797	13.522.935	102.419.810	101.741.922
À Vista	3.088.333	-	-	-	-	-	3.088.333	4.302.784
Poupança	10.690.658	-	-	-	-	-	10.690.658	10.927.247
Interfinanceiros	-	9.843	2.284.055	-	-	-	2.293.898	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.378.259	7.036.646	27.879.962	24.481.797	13.522.935	75.299.599	73.288.355
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	11.039.264	-	-	-	-	-	11.039.264	10.853.799
Outros Depósitos	8.058	-	-	-	-	-	8.058	8.728
Captações no Mercado Aberto	-	24.027.402	2.400	-	-	-	24.029.802	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	754.912	3.025.825	4.810.331	99.384	-	8.690.452	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	714.891	1.437.561	473.084	28.502	7.129	2.661.167	2.803.298
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	220.453	857.072	1.678.954	910.156	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	3.823.138	2.038	-	-	3.825.176	3.783.055
Total em 31/03/2026	24.826.313	28.105.760	18.466.697	34.844.369	25.519.839	16.702.296	148.465.274	
Total em 31/12/2025	26.092.558	27.171.624	16.835.441	36.559.087	20.464.711	19.091.707		146.215.128

							Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos	25.103.731	2.388.102	7.694.763	27.879.962	24.481.797	13.522.935	101.071.290	100.557.914
À Vista	3.084.615	-	-	-	-	-	3.084.615	4.296.487
Poupança	10.690.658	-	-	-	-	-	10.690.658	10.927.247
Interfinanceiros	-	9.843	2.284.055	-	-	-	2.293.898	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.378.259	5.410.708	27.879.962	24.481.797	13.522.935	73.673.661	71.826.919
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	11.038.881	-	-	-	-	-	11.038.881	10.853.434
Outros Depósitos	289.577	-	-	-	-	-	289.577	292.818
Captações no Mercado Aberto	-	23.891.655	2.400	-	-	-	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	571.610	2.906.472	4.118.894	99.384	-	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	715.218	1.438.591	474.655	28.813	7.128	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	220.453	857.072	1.678.954	910.156	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.395.315	2.038	-	-	5.397.353	5.582.728
Total em 31/03/2026	25.103.731	27.787.038	18.294.613	34.154.503	25.520.150	16.702.295	147.562.330	
Total em 31/12/2025	26.369.986	27.031.705	16.849.087	35.914.817	20.465.166	19.091.707		145.722.468

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,10% e 17,90% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,99% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSN que totalizaram montante de R\$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Individual					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	974.455	-	974.455	913.198	-	913.198
Relações Interdependências	277.963	-	277.963	261.318	-	261.318
Operações de Câmbio	126.967	-	126.967	150.257	-	150.257
Credores por Recursos a Liberar	40.932	-	40.932	48.905	-	48.905
Transações com Cartões a Pagar	1.198.145	-	1.198.145	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	758.673	-	758.673	820.827	-	820.827
Recursos em Trânsito de Terceiros	206.464	-	206.464	18.657	-	18.657
Outros	239.539	2.038	241.577	318.788	2.263	321.051
Total	3.823.138	2.038	3.825.176	3.780.792	2.263	3.783.055

	Consolidado					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	789.585	-	789.585	713.893	-	713.893
Relações Interdependências	277.963	-	277.963	258.571	-	258.571
Operações de Câmbio	126.967	-	126.967	150.257	-	150.257
Negociação e Intermediação de Valores	6.974	-	6.974	4.551	-	4.551
Credores por Recursos a Liberar	41.069	-	41.069	49.042	-	49.042
Transações com Cartões a Pagar	1.198.145	-	1.198.145	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.393.886	-	2.393.886	2.672.524	-	2.672.524
Recursos em Trânsito de Terceiros	206.464	-	206.464	18.657	-	18.657
Outros	354.262	2.038	356.300	464.128	2.263	466.391
Total	5.395.315	2.038	5.397.353	5.580.465	2.263	5.582.728

Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(6.659)	(99.213)
Operações de Swap	-	(99.112)
Operações de Câmbio	(6.659)	(101)
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	-	1.689.405
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado	-	1.684.915
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	4.490
Total	(6.659)	1.590.192

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300.000 (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. Em 28/01/2026 foi realizada a opção de resgate pelo Banrisul, assim liquidando a dívida subordinada.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026 (31/12/2025 – 998.898). No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

					Individual
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2025	50.400	2.183.845	269.040	7.679	2.510.964
Constituição	-	34.134	2.014	-	36.148
Atualização Monetária	1.401	61.395	9.010	57	71.863
Reversão da Provisão	(332)	-	(8.549)	-	(8.881)
Baixas por Pagamento	(121)	(59.371)	(11.738)	-	(71.230)
Saldo Final em 31/03/2026	51.348	2.220.003	259.777	7.736	2.538.864

					Individual
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455	2.895.167
Constituição e Atualização Monetária	9.371	106.824	13.852	50	130.097
Reversão da Provisão	-	-	(7.398)	-	(7.398)
Baixas por Pagamento	(797)	(40.627)	(14.241)	-	(55.665)
Saldo Final em 31/03/2025	857.949	1.818.945	277.802	7.505	2.962.201

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.463	7.679	2.518.055
Constituição	-	34.102	2.071	-	36.173
Atualização Monetária	1.401	61.395	9.010	57	71.863
Reversão da Provisão	(602)	-	(8.572)	-	(9.174)
Baixas por Pagamento	(121)	(59.374)	(11.759)	-	(71.254)
Saldo Final em 31/03/2026	51.368	2.222.346	264.213	7.736	2.545.663

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	9.378	106.993	13.983	50	130.404
Reversão da Provisão	-	-	(7.528)	-	(7.528)
Baixas por Pagamento	(797)	(40.627)	(14.254)	-	(55.678)
Saldo Final em 31/03/2025	858.229	1.822.242	282.118	7.505	2.970.094

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As causas de natureza fiscal referem-se a outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável que somam o montante de R\$937 (31/12/2025 – R\$1.270) e a auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos. O auto de infração exige contribuição previdenciária, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$134.782 (31/12/2025 – R\$132.936), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$115.386 (31/12/2025 – R\$113.806) e como perda provável o montante de R\$19.397 (31/12/2025 – R\$19.130), devidamente provisionado. Além dessas, foi provisionado R\$31.014 para encargos contratuais relacionados à processos judiciais de natureza fiscal.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$812.912 (31/12/2025 – R\$939.677) e no Consolidado R\$853.253 (31/12/2025 – R\$979.420). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. À luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do CPC 25, o Banrisul concluiu que não havia elementos que justificassem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade da provisão referente ao déficit atuarial da FBSS.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$969.860 (31/12/2025 – R\$966.227) e no Consolidado R\$ 977.432 (31/12/2025 – R\$973.512), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Existem ainda R\$ 171.133 (31/12/2025 – R\$128.859) no Individual e no Consolidado relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R\$7.736 (31/12/2025 – R\$7.679).

(c) Devedores por Depósito em Garantia

Apresentamos na tabela a seguir os saldos dos depósitos em garantia referentes aos passivos contingentes do Individual e Consolidado:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fiscais	172.213	169.298	172.273	169.358
Trabalhistas	1.082.074	961.345	1.085.908	965.134
Cíveis	157.211	154.470	158.708	155.943
Total	1.411.498	1.285.113	1.416.889	1.290.435

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	153.628	10.369	153.628	10.369
Obrigações Sociais e Estatutárias	90.973	414.391	91.424	414.801
Provisão de Pessoal	177.991	169.527	179.321	170.648
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	122.185	154.963	128.001	164.374
Credores Diversos	115.657	108.542	199.015	192.987
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	540.031	540.504	542.466	542.939
Provisões para Pagamentos a Efetuar	125.568	151.582	151.511	189.729
Rendas Antecipadas	101.695	104.337	101.695	104.337
Outros	3.707	3.749	5.563	7.239
Total	1.431.435	1.657.964	1.552.624	1.797.423

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000 (31/12/2025 – R\$8.300.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/03/2026	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$90.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 31/03/2025 – R\$90.000), imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$40.500 (01/01 a 31/03/2025 – R\$40.500).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2025 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Administração de Fundos	20.436	14.427	38.232	30.281
Cobrança e Custódia	13.323	13.769	13.325	13.786
Administração de Consórcios	-	-	27.595	30.984
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	-	123.919	134.888
Arrecadação	7.087	7.714	7.087	7.714
Comissões de Corretagem de Seguros	-	-	75.587	74.407
Cartão de Crédito	60.349	56.682	63.231	59.016
Serviços de Conta Corrente	152.672	147.849	157.406	152.253
Outras	10.006	9.393	18.769	18.154
Total	263.873	249.834	525.151	521.483

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração Direta	355.323	324.631	359.642	328.362
Benefícios	123.061	111.261	123.610	111.803
Encargos Sociais	154.457	138.507	155.291	139.308
Treinamento	1.300	367	1.319	430
Participações dos Empregados no Resultado	50.086	59.612	50.086	59.612
Total	684.227	634.378	689.948	639.515

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 s	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Comunicações	15.528	16.782	16.946	17.628
Processamento de Dados	57.462	61.263	59.468	63.052
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	35.339	33.036	35.343	33.036
Amortização e Depreciação	89.884	88.680	101.622	99.964
Aluguéis e Condomínios	20.853	16.555	20.584	16.266
Serviços de Terceiros	119.948	112.465	125.351	116.677
Serviços Técnicos Especializados	57.390	43.647	61.370	47.041
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	35.423	37.626	41.061	40.737
Manutenção e Conservação de Bens	31.252	30.092	31.314	30.185
Água, Energia e Gás	8.970	9.635	9.125	9.823
Serviços do Sistema Financeiro	9.236	9.818	9.526	10.253
Outras	23.770	32.009	32.238	35.174
Total	505.055	491.608	543.948	519.836

(1) É composto principalmente por R\$10.990 (01/01 a 31/03/2025 – R\$16.357) e no Consolidado R\$15.776 (01/01 a 31/03/2025 – R\$18.456) de despesa com propaganda institucional e R\$23.715 (01/01 a 31/03/2025 – R\$20.369) e no Consolidado R\$23.834 (01/01 a 31/03/2025 – R\$20.371) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	77.296	54.668	19.352	9.391
Reversão de Provisões Operacionais	3.651	2.952	7.826	4.154
Tarifas Interbancárias	3.255	4.169	3.255	4.169
Títulos de Créditos a Receber	7.132	6.255	7.132	6.268
Receitas Diversas com Cartões	4.324	4.688	4.324	4.688
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	3.083	4.525	4.997	5.357
Atualização de Depósitos Judiciais	24.621	19.354	24.680	19.411
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	-	65.155	63.687
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	16.189	11.142	16.189	11.142
Outras	4.376	5.804	29.178	7.768
Total	143.927	113.557	182.088	136.035

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	27.435	11.533	27.435	11.533
Despesas com Cartões	2.135	3.374	2.135	3.374
Convênio INSS	76.156	74.313	76.156	74.313
Convênios Crédito Consignado	2.201	1.994	2.201	1.994
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	4.154	1.992	4.154	1.992
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	1.175	1.371	36.086	34.048
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	2.076	3.848	2.076	3.848
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	1.421	2.458	1.421	2.458
Bônus Banrisul de Vantagens	7.677	9.952	7.677	9.952
Tarifas Não Recebidas	6.525	4.100	6.525	4.100
Serviços de Processamento de Folha de Pagamento	6.614	6.317	6.614	6.317
Outras	20.667	14.716	24.149	18.240
Total	158.236	135.968	196.629	172.169

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	187.708	206.485	250.315	294.521
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(84.468)	(92.918)	(89.665)	(104.897)
Efeito no Cálculo dos Tributos	118.167	127.751	60.934	51.855
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	40.500	40.500	69.782	40.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	115.706	86.984	12.938	10.461
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(38.419)	-	(38.419)	-
Outros Valores	380	267	16.633	894
IR e CSLL	33.699	34.833	(28.731)	(53.042)
Corrente	-	(3)	(60.673)	(90.467)
Diferido	33.699	34.836	31.942	37.425

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA Individual e Consolidado utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	221.407	241.318
Ações Ordinárias	111.016	121.000
Ações Preferenciais A	743	810
Ações Preferenciais B	109.648	119.508
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$		
Ação Ordinária	0,54	0,59
Ação Preferencial A	0,54	0,59
Ação Preferencial B	0,54	0,59

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015-2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Saldado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 31/12/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

31/12/2025		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.614 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$165.031 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2025	31/12/2024
Planos de Previdência	409.155	360.094
PBI	371.822	332.368
PBS	28.035	3.157
FBPREV	(4)	(2)
FBPREV II	(77)	(68)
FBPREV III	9.379	24.639
Planos de Saúde	(181.463)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	133.703	123.321
Total	361.395	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	15	-	558	(601)	(25)	1.692	4.245
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	119.661	138.046	2.297	24.157	33.654	20.210	12.730
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(83.476)	(140.110)	(4.909)	(34.689)	(34.612)	(45.925)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.765	4.745	2.575	10.393	1.873	3.887	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	40.965	2.681	521	(740)	890	(20.136)	16.975

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	48.538	10.346	326	1.149	3.209	14.380	-
Contribuições do Participante	82.927	10.346	326	1.149	3.209	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	57.028

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	57.028
2027	202.970	127.611	1.814	20.053	35.589	14.835	10.114
2028	196.565	125.685	1.824	19.673	34.673	14.876	8.335
2029	190.868	123.688	1.803	19.396	33.712	15.027	10.995
2030	183.219	121.561	1.789	19.111	32.778	15.078	8.676
2031 a 2035	806.773	569.827	8.891	91.572	147.738	73.973	15.438

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,81	10,89	5,97
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	2.889	2.825	4.830	4.676	1.531	8.725	3.122	13.199	9.277

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.501)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.780
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(259)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	260

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$17.351.542 (31/12/2025 – R\$17.001.441), dos quais R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e

Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	21.483.283	21.095.335
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	39.616	40.143
Fundos de Ações	143.206	127.835
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.635	10.409
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	15.912.138	13.443.707
Carteiras Administradas	538.184	519.940
Total	38.127.062	35.237.369

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 114 (31/12/2025 – 120) grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 64.736 (31/12/2025 – 71.998) consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM),

Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			Individual	
	31/03/2026	31/12/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(16.431.129)	(14.889.999)	(504.978)	(446.827)
Outros Ativos	5.457	4.861	-	-
Depósitos à Vista	(503.625)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(15.912.138)	(13.443.707)	(504.978)	(446.827)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(6.474)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(14.349)	(14.340)	-	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(3.468.942)	(3.398.531)	(37.298)	(12.468)
Outros Ativos Financeiros	186.002	182.703	-	-
Outros Ativos	49.108	22.516	58.003	45.334
Depósitos à Vista	(3.718)	(6.297)	-	-
Depósitos a Prazo	(1.626.322)	(1.461.801)	(54.277)	(27.697)
Captações no Mercado Aberto	(135.747)	(139.414)	(4.704)	(2.916)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(994.092)	(972.541)	(34.031)	(24.372)
Outros Passivos Financeiros ⁽³⁾	(943.541)	(1.022.879)	-	-
Outros Passivos	(632)	(818)	(2.289)	(2.817)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(63.278)	(70.305)	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(63.233)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(45)	(45)	-	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	-	-	-	-
Outras Despesas Administrativas	-	-	-	-
Total	(19.963.349)	(18.358.835)	(542.276)	(459.295)

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(16.431.129)	(14.889.999)	(504.978)	(446.827)
Outros Ativos	5.457	4.861	-	-
Depósitos à Vista	(503.625)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(15.912.138)	(13.443.707)	(504.978)	(446.827)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(6.474)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(14.349)	(14.340)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(63.278)	(70.305)	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(63.233)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(45)	(45)	-	-
Total	(16.494.407)	(14.960.304)	(504.978)	(446.827)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	7.354	5.968
Remuneração	5.712	4.651
Encargos Sociais	1.642	1.317
Benefícios Pós-Emprego	279	258
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	279	258
Total	7.633	6.226

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Nota 37 – Eventos Subsequentes

Acordos Individuais em Ações Coletivas de 7ª e 8ª Horas

Em 23 de março de 2026, o Banrisul disponibilizou a possibilidade de formalização de acordos individuais referentes às ações coletivas de 7ª e 8ª horas, aplicáveis às funções de Analista e Assistente. A elegibilidade incluiu empregados, que não possuísem ações individuais em curso sobre a mesma matéria, ativos, aposentados e àqueles aptos a aposentadoria até 31 de dezembro de 2026. A adesão ao acordo ocorreu de forma voluntária, com prazo final em 30 de abril de 2026. Considerando o total de 1.352 funcionários elegíveis, foram firmados 526 acordos assinados até a referida data. O montante a ser desembolsado pelo Banco, já devidamente provisionado, corresponde a R\$116.794.

Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), referentes ao período findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB e foram apresentadas separadamente pelo Banco nesta mesma data e sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada, não contendo qualquer modificação, com data de 07 de maio 2026.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de fevereiro de 2026 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 07 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026. À vista das informações e dos esclarecimentos prestados pela Administração, no curso do respectivo período, dos relatórios sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, emitidos pela KPMG Auditores Independentes, nesta data, concluem não terem conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente citados não foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 07 de maio de 2026.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

